www.canal.co.mz
Maputo, quarta-feira, 05 de Junho de 2024
100 Meticais
Director: Fernando Veloso | Ano 14 - N.º 869 | Nº 771 Semanário

Jean Boustani fala das dívidas ocultas e seus meandros

"Foi um golpe de Estado"

"Tenho uma carta datada de 14 de Janeiro de 2013, assinada pelo actual presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, onde valida os empréstimos. Tenho fotos de responsáveis moçambicanos a visitar o 'site', dezenas de cartas e 'emails' onde os empréstimos são mencionados com total clareza. O FMI foi enganado? Tenho discussões entre António Carlos do Rosário, chefe da Inteligência Económica de Moçambique, e o representante do FMI em Maputo, onde são discutidos estes mesmos empréstimos."

Págs 02, 04, 17

"O FMI é o exército americano com o dólar na mão em vez dos porta-aviões. Querem transformar os países africanos em escravos económicos. Este país, que tinha tudo para ser o 'Qatar de África', agora corre o risco de se tornar uma segunda Síria."

Destaques

Jean Boustani fala das dívidas ocultas

"Houve uma espécie de golpe de Estado"

Nunca deu entrevistas desde que o escândalo das dívidas ocultas deflagrou. As suas declarações que constam na imprensa são as do seu depoimento perante o júri do Tribunal Distrital de Brooklyn, em Nova Iorque, que o inocentou em 2019, e em documentos assinados por ele, incluindo ofícios judiciais e mero expediente. Jean Boustani decidiu falar. E fê-lo em forma de livro, escrito pelo jornalista francês Erwan Seznec, que colheu os seus depoimentos. O livro chegou a Moçambique por vias não oficiais. Foi "atirado" para a internet e com tradução automática para Português... feita pela Google.

"É para que esta mentira não prevaleça que resolvi falar e colocar tudo em cima da mesa. Tenho uma carta datada de 14 de Janeiro de 2013, assinada pelo actual presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, onde valida os empréstimos. Tenho fotos de responsáveis moçambicanos a visitar o 'site', dezenas de cartas e 'emails' onde os empréstimos são mencionados com total clareza. O FMI foi enganado? Tenho discussões entre António Carlos do Rosário, chefe da Inteligência Económica de Moçambique, e o representante do FMI em Maputo, onde são discutidos estes mesmos empréstimos. A verdade surgirá, é só uma questão de tempo", lê-se na página 66, onde se resume o objectivo do livro.

O livro, de cem páginas, tem o sugestivo título "Le Traquenard", que, em Português, quer dizer "A Armadilha", de resto um termo que encontra correspondência no "cocktail" de intrigas que criaram o grande caso e colocaram Moçambique no mapa mundial.

No livro, Jean Boustani relata aquilo que para si foi uma grande conspiração internacional contra Moçambique, tendo à cabeça os Estados Unidos da América e os seus muitos tentáculos e que, na sua opinião, só teve sucesso porque a maioria dos moçambicanos

Filipe Nyusi

nunca compreendeu o que realmente estava em causa em toda a novela: "a soberania de Moçambique e controlo dos seus muitos recursos".

Muito cuidadoso nas palavras, Jean Boustani diz que Moçambique sofreu uma espécie de "golpe de Estado" sem se ter apercebido e contou com a participação dos próprios dirigentes moçambicanos, incluindo Filipe Nyusi, que foram chantageados pelos Estados Unidos e pelo Fundo Monetário Internacional.

E por falar em FMI, Jean Boustani reservou uma página para explicar o que, na sua opinião, é o FMI e como agiu em Moçambique. "O FMI é o exército americano com o dólar em vez dos porta-aviões. Querem transformar os países africanos em escravos económicos. Eles pressionam para desvalorizações, para que tudo possa ser comprado barato pelas multinacionais. Esta é a nova colonização económica. Moçambique não é o único exemplo africano que prova isso", lê-se na página 63 de "Le Traquenard".

A mão dos Estados Unidos da América por detrás da cortina, a manipular os factos, serve para Jean Boustani explicar o isolamento repentino de Armando Guebuza, que foi a autoridade máxima moçambicana que consentiu o projecto que se designou Sistema Integrado de Monitoria e Protecção Costeira (SIMP). Guebuza é isolado por um Filipe Nyusi novato e assustado e que já tinha acordos com Washington para negar que alguma vez tenha tido conhecimento do projecto.

"Filipe Nuysi não tem a mesma estatura [que Guebuza]. Ele teve que obter uma garantia de escapar da acusação durante a sua viagem a Washington em Julho de 2016. Ele era ministro da Defesa no momento da assinatura dos contratos, a sua posição era delicada. Isaltina Lucas, directora nacional do Tesouro, certamente também obteve garantias de impunidade. Ela nunca foi acusada, embora soubesse de tudo desde o início. A Frelimo não é um bloco perfeito. Aí encontramos personalidades bastante favoráveis aos Estados Unidos, como Isaltina Lucas, e outras bastante suspeitas, como Manuel Chang, o antigo ministro das Finanças, que foi alvo da investigação. Como se por acaso."

"Era ministro da Defesa na altura em que os empréstimos em questão foram feitos e as entregas foram efectuadas! Ele sabe tudo! Foi muito fácil verificar. Todo o Governo foi consultado, incluindo o ministro da Defesa e o futuro presidente Filipe Nyusi, que, quatro anos depois, afirmou ter descoberto dívidas ocultas", disse.

Jean Boustani

No livro, Jean Boustani faz onze referências a Filipe Nyusi e quarenta e quatro referências a Armando Guebuza e reafirma que a "Privinvest" não deu nenhum centavo a Armando Guebuza, mas contribuiu para a campanha do partido Frelimo e de Filipe Nyusi.

A génese, na óptica de Jean Boustani

Jean Boustani conta que os campos de gás "offshore" de Cabo Delgado foram descobertos entre 2009 e 2011. Várias empresas multinacionais

Armando Guebuza

já estavam a trabalhar para colocar em funcionamento estas reservas, enquanto a "Privinvest" estudava soluções de segurança e de financiamento para vender a Moçambique. Foi assim que, em 2012, o Crédit Suisse apresentou a sua oferta de financiamento. "Ainda havia duras negociações sobre as taxas de juros. A 'Privinvest' não foi directamente envolvida, mas fiz todo o possível para garantir que Moçambique obtivesse o seu empréstimo, sem o qual os nossos projectos fracassariam".

Segundo Jean Boustani, os meses passaram, e o ano de 2012 terminou sem que houvesse um compromisso satisfatório nas condições de crédito. "Quando eu comecei a ficar desesperado, Iskandar Safa disse-me 'Jean, acredite na minha experiência, se você não conhecer o presidente, esse projecto nunca verá a luz do dia'", lê-se no livro.

"Estávamos a trabalhar há dois anos, tínhamos ultrapassado todas as dificuldades, recebemos uma carta do ministro das Finanças, Manuel Chang, confirmando que o projecto foi aprovado por unanimidade. Tinha que ser desbloqueado! Eu tive que conhecer o presidente! Ndambi levou-me então a uma recepção no palácio presidencial num fim-de-semana de Janeiro de 2013, por ocasião do aniversário do seu pai. Consegui chamá-lo de lado por meia hora no seu aniversário de setenta anos. Apresentei rapidamente a 'Privinvest' e expliquei-lhe a situação: 'Senhor Presidente, temos um grande projecto para o seu país, mas as decisões estão a arrastar-se'. Ele ouviu com atenção. Ele já estava informado e pareceu surpreendido com os bloqueios que lhe indiquei."

Segundo Jean Boustani, Armando Guebuza instruiu-o, ali na festa, para que fosse encontrar-se com ele no dia seguinte no seu escritório na Presidência da República, para conversar mais detalhadamente. "À saída, liguei imediatamente para Iskandar: desta vez estamos em alta!"

Durante o encontro no Gabinete, Armando Guebuza disse a Jean Boustani que o Serviço de Inteligência iria avançar e que ele (Guebuza) iria garantir que as coisas avançassem. No referido encontro, Jean Boustani disse a Guebuza que Teófilo Nhamgumele, com quem vinham trabalhando há já muito tempo no projecto, mas sem sucesso, pediu 50 milhões de dólares sugerindo que o referido valor era para a Presidência. Guebuza respondeu: "Senhor Boustani, estamos a falar de um grande projecto estratégico. A minha resposta é simples: ninguém, nem eu, nem qualquer outro funcionário moçambicano, está autorizado a receber um cêntimo para avançar como deveria. Se alguém te pedir dinheiro, recuse e venha falar comigo".

Na óptica de Jean Boustani, Armando Guebuza, que estava em fim de mandato, compreendeu que o gás e a prosperidade poderiam transformar-se em instabilidade para o seu país. "Ele estava sinceramente preocupado com questões estratégicas."

"Guebuza foi expulso do partido"

Jean Boustani diz que a cruzada de Filipe Nyusi de se distanciar do projecto incluiu a violação de um alegado acordo com Guebuza, em que Nyusi se manteria na Presidência da República enquanto Guebuza permaneceria no partido Frelimo. "O acordo implícito entre os dois homens era que Guebuza seria sucedido na presidência por Nyusi, até então ministro

(Continua na pág. 04)

Destaques

Ficha Técnica

DIRECTOR EDITORIAL
Fernando Veloso | canalmoz.fveloso@gmail.com
Cel: (+258) 82 8405012

EDITOR EXECUTIVO
Matias Guente | mtsgnt@gmail.com | Cel: 823053185

CONSELHO EDITORIAL: Director, Editor, Sub-Editores, Chefe da Redacção, Sub-Chefe da Redacção e Editores sectoriais.

REDACÇÃO
Matias Guente | mtsgnt@gmail.com
André Mulungo | andremulungo4@gmail.com
Cláudio Saúte | sauteclaudio@gmail.com
Neuton Langa | neutonlanga95@gmail.com
Joana da Lúcia| joanadalucia01@gmail.com

COLABORADORES
Hamilton de Carvalho | sarto.de.carvalho@gmail.com
João Mosca | joao.mosca1953@gmail.com
Afonso dos Santos | santos20a15@gmail.com
Paulo Zucula | paulo.zucula@gmail.com
Alexandre Chivale | alexandre.chivale@gmail.com
Edwin Hounou | hounnouedwin@gmail.com
Sérgio Raimundo | waka.raymund@gmail.com
Fernando Lima | fernando19.lima54@gmail.com

DELEGAÇÃO DA BEIRA PROVÍNCIA DE SOFALA
Adelino Timóteo (Delegado) | adelinotimoteo@gmail.com
Cel: +258 82 8642810
José Jeco | Cel: 82 2452320 | josejeco@gmail.com

FOTOGRAFIA
Lucas Meneses

REVISÃO
A.S.

PAGINAÇÃO E MAQUETIZAÇÃO
Jorge Neves
Arsénio Mário

SUPLEMENTOS:

PUBLICIDADE
Cremilde Acácio Cumbane |847805978 | cremildeacacio@gmail.com
Orlando Mulambo | 82 59 49 345 | 84 26 67 545
orlandomulambo@gmail.com | canalipdfs@gmail.com

ASSINATURAS
Orlando Mulambo | 82 59 49 345 | 84 26 67 545
orlandomulambo@gmail.com | canalipdfs@gmail.com

DISTRIBUIÇÃO E EXPANSÃO (REVENDEDORES / AGENTES)
Simião Chambule | 84 21 96 773 | chambulesimiao@gmail.com
Lino Jeremias Machava | 84 207 6088 | 824059110
Carlos Maculuve| 84 561 3636 | 86 561 3636

CONTABILIDADE
Orlando Mulambo | 82 59 49 345 | 84 26 67 545
orlandomulambo@gmail.com | canalipdfs@gmail.com

PROPRIEDADE
CANAL i, Lda * Bairro Central, Av. Maguiguana, n.° 1049 |
E-mail: canalipdfs@gmail.com| comercial@canal.co.mz
Cell: 82 36 72 025 | 84 31 35 998
* Maputo * Moçambique

REGISTO: 001/GABINFO-DEC/2006

IMPRESSÃO: Lowveld Media - Mpumalanga

(Continuação da pág. 02)

da Defesa, para assumir a liderança do partido. Houve subitamente uma espécie de golpe de Estado e o presidente Guebuza foi expulso do partido."

Segundo Jean Boustani, daí em diante tudo o que estava relacionado com Guebuza complicou-se, incluindo os contratos com a "Privinvest" assinados sob a sua presidência. "A Administração (de Nyusi) fez uma campanha dissimulada de sabotagem contra os projectos, o que considero vergonhoso, pois eram contratos para um país e não para uma pessoa, para Moçambique e não para Guebuza."

As alegações de que os Estados Unidos estavam por detrás da "sabotagem" do projecto são também sustentadas por Peter Kuhn, um alemão que trabalhava para a "Privinvest" e que foi testemunha no julgamento de Nova Iorque. Segundo Peter Kuhn, o adido militar da Alemanha na África do Sul demonstrou interesse no sistema de vigilância que a "Privinvest" estava a desenvolver para Moçambique. "Nós convidámo-lo para visitar os nossos estaleiros de obras. Ele veio ao centro de controlo de Maputo. Ele ficou muito impressionado com o que viu."

Foi esse adido militar alemão que informou a "Privinvest" de que um outro adido militar, dos EUA, também queria ver as estações de radar que a "Privinvest" havia montado. "O seu nome era Kristopher Kvam. Ele estava a trabalhar num programa das Nações Unidas para implantar um sistema de controlo de tráfego civil no Oceano Índico, com instalações em Moçambique, mas estava a encontrar muitas dificuldades e queria discuti-las connosco". Jean Boustani considera que essa é a "prova flagrante" de que os Estados Unidos sabiam desde então o que a "Privinvest" estava a fazer em Moçambique.

Segundo Jean Boustani, no plano internacional ou em comunicações dirigidas ao público em geral, o Governo de Moçambique comunicou num sentido consensual, mas secundário, os seus projectos reais: a EMATUM e a pesca do atum. "Para especialistas em finanças e defesa, a mensagem era diferente: estava em desenvolvimento uma sofisticada ferramenta de vigilância marítima, no valor de 2 mil milhões de dólares, com perspectivas muito razoáveis de retorno do investimento."

O livro refere que Jean Boustani e a "Privinvest" trabalharam discretamente – como exige a defesa – mas sem psicose, longe de imaginar a sequência dos acontecimentos. "Não houve sinais de alerta da tempestade que nos atingiu", afirma. "Fomos reconhecidos, exportámos para 45 países com a Constructions Mécaniques de Normandie, os nossos estaleiros do Golfo, os nossos estaleiros alemães. Tínhamos trabalhado para Abu Dhabi, Kuwait, Emirados, Catar". A Direcção do grupo nunca imaginou que a sua primeira incursão em África resultaria na sua acusação de fraude electrónica e financeira e de branqueamento de capitais.

Subida de Nyusi foi fundamental para os EUA

O livro faz referência à mudança das placas tectónicas da geopolítica em Moçambique, que, na opinião de Jean Boustani, foram fundamentais para o escândalo das dívidas ocultas. Nas suas palavras, os Estados Unidos precisavam de recuperar o espaço que estavam a perder para a China, em termos de investimento e

(Continua na pág. 17)

Divulgação

OMR

Resumo do Destaque Rural N° 278

POLÍTICAS PÚBLICAS, PRODUÇÃO ORIZÍCOLA E O CAMPESINATO: O CASO DO DELTA DO ZAMBEZE

Nelson Capaina

3 de Junho de 2024

Para uma leitura do texto veja em https://omrmz.org/destaque_rural/dr-278-politicas-publicas-producao-orizicola-e-o-campesinato-o-caso-do-delta-do-zambeze/

RESUMO:

Um dos objectivos do governo para o desenvolvimento agrário no país, segundo vários instrumentos de políticas e estratégias sectoriais, tem sido aumentar a produção e produtividade agrícolas para garantir a auto-suficiência alimentar. No contexto geral, são enormes as dificuldades para alcançar tal desiderato. Este objectivo governamental pode não convergir com os objectivos dos pequenos produtores que, por exemplo, podem passar pela redução dos custos de produção e aumento de renda monetária Este é o caso do arroz, em que não se encontra um correspondente entre os investimentos anunciados e positividade nos resultados obtidos. É o caso do delta do Zambeze que, pelo menos nos últimos 20 anos, directa ou indirectamente, beneficiou de investimentos na cadeia de valor deste cereal, nomeadamente na produção, processamento e comercialização. Através de parceiros de cooperação, foram reabilitados sistemas de regadio, construídas unidades de processamento, apoiadas linhas de comercialização, entre outras iniciativas. De maior produtor nacional de arroz e com potencial agrícola na produção deste cereal, a Zambézia vai cedendo a sua posição para outras províncias. O que estará a acontecer? Quais são as razões para a ocorrência do cenário encontrado?

Este texto pretende abordar estas questões, tendo como exemplo o delta do Zambeze, região que secularmente foi a maior produtora da Zambézia, reforçando a posição primordial desta província na produção nacional. No mesmo, vai-se observar que os sistemas de irrigação estão parcial e/ou totalmente paralisados empurrando o pequeno produtor para um padrão de produção concentrado no sequeiro, retirando a este produtor a possibilidade de maior produtividade. Esta situação é agravada pelas fracas conexões entre estes principais produtores deste cereal na província e as iniciativas sobre infra-estruturas de processamento, incluindo os mecanismos para adopção de sementes melhoradas

Destaques

Operação "Stop Branqueamento de Capitais"

Gulam Hassan do grupo "Maiaia" interrogado pela PGR

Neuton Langa
neutonlanga95@gmail.com

A Procuradoria-Geral da República realizou uma operação na cidade de Nampula e levou sob custódia Gulam Hassam, empresário, patriarca da família Hassam, dona do grupo "Maiaia", que chegou a ser, a dada altura, o maior empregador da zona norte. A operação tem a ver com o combate à lavagem de dinheiro. Gulam Hassam é pai de Nuro Hassam, cidadão moçambicano que, no princípio do ano, foi detido nos Estados Unidos da América, no âmbito de uma operação internacional contra a lavagem de dinheiro, que passa por Portugal. Até agora, são escassas as informações sobre Nuro Hassam.

Na mira do FBI (a Polícia federal norte-americana) está o empresário Gulam Hassam, rosto do falido grupo Maiaia

Gulam Hassan foi ouvido e depois libertado. O Canal de Moçambique soube de fontes da Procuradoria-Geral da República que três elementos da Polícia Judiciária estiveram no mês de Abril em Maputo a trabalhar com o Ministério Público no processo sobre branqueamento de capitais e com base nas informações recebidas dos Estados Unidos e de Portugal.

Em Fevereiro, a imprensa portuguesa informou que a Justiça norte-americana enviou uma carta rogatória a Portugal a pedir a colaboração das auto-

(Cont. na pág. 14)

Editorial

A lição sul-africana

As eleições legislativas da semana passada na África do Sul trouxeram um conjunto de lições, quando Moçambique se prepara para o mesmo exercício eleitoral em Outubro próximo. E a África do Sul não só partilha fronteiras com Moçambique, mas a nossa incapacidade colectiva tornou-nos, sem razão objectiva, dependentes do oxigénio que vem da África do Sul em toda a linha.

Os resultados eleitorais obtidos pelo Congresso Nacional Africano (ANC) não fogem muito ao quadro geral de erupção e corrosão que os movimentos de libertação estão a ter, com o surgimento de um novo tipo de eleitores que não têm qualquer compromisso com as chantagens emocionais da gesta libertária e os apelos psicológicos às agruras da administração colonial.

Há um fenómeno que todos os países dirigidos pelos movimentos de libertação têm de lidar com ele: o grosso dos eleitores é constituído por jovens; a maioria eleitoral nasceu no final da década de 90 e princípio da década de 2000, sem qualquer compromisso histórico e ideológico; e cresceu numa sociedade de informação, ainda que não seja das plataformas tradicionais. Por exemplo, na África do Sul, quem votou pela primeira vez nasceu em 2006.

Numa conta básica, pensemos no seguinte: esses novos eleitores, quando começaram a entender questões mais ou menos sérias, o que, no nosso quadro, se atinge com o mínimo de 16 anos de idade, já era o ano de 2022. E as referências do ano de 2022 não têm nada a ver com a luta de libertação ou com a luta contra o Apartheid. A sociedade de informação dessa época é sobre como é que os movimentos de libertação têm sido incapazes, três décadas depois, de liderar uma política transformacional de criação de condições básicas para que as pessoas possam levar as suas vidas em frente.

No caso da África do Sul, o referencial desses rapazes e raparigas que atingiram a idade eleitoral em 2024 é a incapacidade do ANC de prover algo básico como a energia eléctrica. Não há nenhum discurso contra os grilhões do Apartheid ou qualquer outro muito próximo daquele que vá convencer estes jovens de que um país que é uma das maiores economias de África tenha problemas de energia. E quem fala de energia fala de todos os problemas reais que afectam directamente o dia-a-dia desses jovens, como é o caso da educação, o desemprego e a saúde.

O partido no poder na África do Sul, pela primeira vez em 30 anos, perdeu a maioria absoluta no parlamento e precisa de uma coligação para indicar o Presidente da República e, consequentemente, formar Governo.

Há uma grande tentação de se assumir que o mau resultado do ANC está directamente ligado ao surgimento, há seis meses, do partido de Jacob Zuma. É uma via tentadora, mas Jacob Zuma é apenas um elemento que foi inflacionado na equação do descrédito e da incapacidade do ANC em responder aos problemas reais dos cidadãos sul-africanos.

Isto para dizer que, se não surgisse o uMkhonto we Sizwe, o partido de Jacob Zuma, esses votos obviamente iriam para algum lugar que não fosse o ANC. É um voto punitivo da arrogância e da insensibilidade e, pela sua natureza, não segue um manifesto que lhe é apresentado, segue uma saturação e um desejo de ver coisas novas, ainda que sejam a impreparação. Mas esse voto tem uma validade: assume que as coisas não vão ficar piores do que já estão. Se não fosse Zuma, seria uma outra organização qualquer, ou até mesmo o partido da minoria branca, a Aliança Democrática, que teve bom resultado graças à incompetência das sucessivas políticas destrutivas do ANC e graças a uma folha se serviço de estabilidade nos locais onde até agora governa.

Lá como cá, a questão central é que esses partidos de libertação perderam por completo os termos de referência, e as suas chantagens do passado glorioso valem quase zero para quem tem um problema concreto de prato vazio e de falta de perspectiva causada pela ausência de um projecto concreto de construção ou melhoria da sociedade.

A diferença entre a África do Sul e outros países à sua volta, incluindo Moçambique, é que a agenda destrutiva dos libertadores ainda não liquidou por completo o Estado. Com todas as suas deficiências, a África do Sul ainda tem um Estado mínimo. E é capaz de organizar um processo eleitoral limpo, onde são declarados vencedores os que foram efectivamente a preferência dos eleitores.

E nisto é preciso dar crédito aos sul-africanos negros e brancos, que, apesar de toda a vandalização que foi feita ao país, conseguiram manter partes nevrálgicas do Estado a funcionar em pleno. E são essas partes funcionais do Estado que fazem com que África do Sul ainda seja viável e ainda se possa dar ao luxo de sonhar com dias melhores.

A forma como as eleições foram organizadas e no meio da intriga em que as mesmas se desenrolaram, estava servida a receita para um verdadeiro caos, num país onde a estrada da violência tem poucos centímetros de asfalto. Mas a Comissão Eleitoral foi capaz de organizar um processo em que, em vinte e quatro horas, fomos capazes de saber, sem margens para dúvidas, quem havia vencido e como havia vencido.

E, nessa perspectiva, a África do Sul continua a ter uma saída que, se depender das pessoas de bem, o país pode voltar a reencontrar-se com o caminho da civilização e do progresso. E aqui é onde reside a grande sorte que a África do Sul tem e que muitos países à volta não têm: poder ainda contar com um Estado que é capaz de decidir, na medida do que um homem vale, a sua recompensa.

É impensável, no caso moçambicano, por exemplo, alguém formar um partido viável sem que o Estado ao serviço dos que se acham insubstituíveis não se mobilize na sua máxima força em actos sancionatórios contra esse partido e contra essa pessoa. Seria possível um fenómeno igual ao de Jacob Zuma em Moçambique? Quase impossível. O máximo que iria conseguir é ter os seus votos aldrabados e ser totalmente ridicularizado pelos órgãos eleitorais e pelo Conselho Constitucional, que funcionam como instrumentos dissuasores e para dar exemplo a quem ousa ser alternativa ao Estado do caos.

Este é o grande valor que as eleições da África do Sul trouxeram, o de se afirmar como um país que não sucumbiu à fatalidade da agenda da destruição e que é capaz de dar sinais de vitalidade das instituições do Estado e transmitir aos cidadãos que a mudança e a alternativa podem estar muito mais próximos do que se possa pensar e que o Estado ainda está ali para recompensar os que se esforçam por ultrapassar os limites. *Canal de Moçambique*

Opinião

João Ferreira, o camarada branco!

Por Butsu Makhanda*

Segundo pessoa que Makhanda conheceu chamava Camarada João Ferreira, que não era Ministro, mas era chefe muito grande perto de Ministro. Camarada João Ferreira era branco e foi bom ele chegar lá para pessoas ver mesmo que Frelimo mais Moçambique não era para ficar só para pretos.

Frelimo já tinha falado muito que não gostava racismos, mais tribalismos, mais outras maneiras de pensar que divide pessoas. Camarada João Ferreira mais outros brancos da Frelimo mostrava que muzungu mumadji não é todos brancos. Nos dias de agora até tem preto que maneira de viver dele é muzungu mumadji.

Camarada João Ferreira chegou com mistérios de poder ao contrário. Não tinha gente com ele que tratava ele como naquele tempo que Camarada Ministro Ndobe visitou aquele lugar. Ele estava chegar só com pessoas que era daquele lugar, que não trabalhava lá no Lourenço Marques. Pessoas que andou com Camarada Ndobe era daquele terra também, mas mutos era de lá de terra de Lourenço Marques.

Parece Camarada João Ferreira chegou sozinho de terra de Lourenço Marques e arranjou pessoas de aqui para andar com ele visitar lugares que queria ver. Chegou com carro que ele mesmo estava a guiar. Não tinha condutor que guiava para ele como Camarada Ministro de Educação.

Mesmo aquele carro era igual carro de pessoas que não era rico. Era aquele carro que chamava Renault 4. Camarada João Ferreira não estava bem vestido como pessoas que chegou com Ministro Ndobe.

Até sapato dele era mata-cobra que era aquela bota de chuva que fábrica que chamava FACOBOL fazia para pessoas pobres. Mas como Camarada João Ferreira era de agricultura, e pessoas compreendeu logo porque ele estava vestido assim mal com botas de matope.

Parece ele tinha ido visitar machambas antes de visitar lugar que Makhanda trabalhava. Camarada João Ferreira fazia pessoas rir muito. Ele falava coisas de importante com maneira de brincadeira. Mesmo que ele era branco, português dele não era bem de Portugal. Se professor de português de Makhanda ouvisse ele falar podia dizer que ele fala português de preto. Outra vez apareceu explicação de saber como pessoa branco fala assim mal língua de português. Camarada João Ferreira também estudou universidade de agricultura numa terra de estrangeiro que chama Cuba. Ali naquela terra pessoas fala espanhol. Makhanda já tinha ouvido outros tempos pessoas de Portugal que dizia que falar língua de espanhol é mesma coisa falar mal língua português.

[1] Actividade central e primaria da Frelimo nos prim

* *Butsu Makhanda não é pseudónimo. É nome tradicional de Paulo Zucula que lhe foi mudado quando foi baptizado na Igreja Católica. Neste texto, usa a linguagem crua e tiques sócios culturais de pastor de gado, a sua primeira actividade.*

"Silêncio da Voz"

Juniorização ou renovação?

Por Teodoro Waty

Muitas organizações que caminham para a terceira idade, sentindo a síndroma do envelhecimento, aquele processo natural, adornam-se com preceitos para o rejuvenescimento e, como primeiro meio no tratamento desse fenómeno, recrutam jovens para qualquer função, mesmo aquelas em que se pretende senioridade, onde para se estar importaria ter em algum sítio obra feita com notória visibilidade.

Imagine-se a academia que pretendesse mostrar prosseguir uma ideologia de rejuvenescimento, optasse por promover assistentes para as cátedras... ou nas igrejas, consagrar diáconos promovidos a cardeais eleitores.

O que seria pensar em cidadãos imberbes iletrados na Constituição da República investidos em Deputados; aqueles que do País conhecem mal a seu bairro e na sua família nunca compraram a comida de que se alimentam...

São possíveis conchavos para depressar a chegada às cátedras, sem necessidade de ser mestre, professor auxiliar ou associado, apelando a uma populista modernidade; queimar etapas é, assim, palavra de ordem politicamente correcta; uma instituição que emprestasse ouvidos, estaria a participar numa maratona para a ruína certa.

Igreja que atendesse ao clamor da juventudelização corre o perigo mortal de nomeação de papas jovens que nunca frequentaram missas como acólitos, embora exímios em monetização de voto.

Renovar é essencial!

Renovação deve partir de se reconhecer a necessidade de fazer com que algo fique como novo, modificando para melhor, promover uma verdadeira renovatio que implica substituir uma coisa velha por outra nova da mesma categoria ou natureza, para aperfeiçoar, desenvolver, esmerar, melhorar, sofisticar, dar um toque de requinte, trazendo novas ideias que anulam a acomodação, oferecendo a mudança das células cansadas, com alternativas de melhoria.

A mudança funciona como uma forma de revigorar as instituições através da transformação; a renovação evita a eternização de costumes doentios que podem conduzir à sua morte, por deficiente oxigenação de ideias; importa, pois, preparar as sucessões, treinando as pessoas, com respeito à ética, a fortes princípios de honestidade, de transparência, dentre outros atributos virtuosos.

Quando e onde não existe renovação significa uma liderança incorrecta sem o primordial papel de formar novos talentos, conteúdos e ideias; a sua importância não é facultativa, mas indispensável para o bem do futuro que recusa o sufoco da discordância.

É fundamental preparar pessoas para a renovação; se preciso for, uma intervenção intensiva em FACOTRAVE's!

Na verdade, como podemos exigir que alguém pense na Nação se não sabe da família? Como exigir que alguém pense bem, se ainda não sabe fazer uma acta de um pensamento correcto? Como ter ideias de qualidade para idealizar um Pais próspero sem mente educada para pensar, apenas educada para ser eleito para descansar?

Uma Nação que pensa deficientemente, era uma vez!

Doutor em Direito|Professor|
Advogado|Jurisconsulto

Opinião

Ibraimo Traoré fazendo história

Por Edwin Hounnou

O Capitão Ibrahim Traoré (IT) nasceu a 14 de Março de 1988, em Bondokuy, Burkina Fasso. O jovem oficial militar liderou o golpe de Estado a 30 de Setembro de 2022, no Burkina Faso que disse que pelo seu país lutaria até ao seu último suspiro. O capitão IT liderou o golpe e foi empossado Presidente de transição a 21 de Outubro de 2022. No momento, IT declarou que estaria empenhado ao lado do seu povo, nas diferentes frentes e apelou à mobilização patriótica e popular, para pôr fim ao terrorismo.

IT é um jovem corajoso e inteligente. Quer devolver a esperança ao povo. O objectivo do golpe não era só reconquistar o território ocupado por terroristas mas também o de devolver a esperança ao povo. A existência da nação está em perigo, disse IT.

O Conselho Militar, que dirige o Estado, havia dado o prazo de 36 meses como tempo limite para transição ao fim do qual teria que haver eleições para a instalação de um governo e o povo disse que o tempo era bastante escasso. Invadiu as ruas de Ougadougou e o parlamento, exigindo mais tempo. Isso é bastante raro em África em que o povo protesta para que a presença de uma equipa governamental, seja ela militar ou civil, fique mais tempo no poder como sinal de satisfação popular.

O que se vê, por toda a África, é o descontentamento generalizado contra as políticas do governo e o povo exigindo que o presidente e sua equipa desapareçam o mais cedo possível. Onde não há protesto deve-se ao medo da violência policial. Sempre as eleições chegam demasiado tarde.

Encontram o povo no seu ponto mais alto descontentamento. É assim no nosso país e é assim em quase toda a África.

Em Burkina Faso reina o espírito revolucionário do Capitão Thomas Sankara (1949-1987), que governou o país entre os anos 1983-1987 e assassinado, num golpe militar por um dos seus melhores amigos, Blaise Campaoré, assistido pelos serviços secretos da França e da CIA dos EUA. A revolução faz parte da vida do povo burkinabe.

A revolução não é só dos militares. É do povo que discordou do limite dos três anos imposto a IT. O povo invadiu as ruas e o parlamento, por IT ter incarnado a vontade popular que é visto, muitas vezes, indo ao serviço ou voltando do serviço, a pé, falando e cumprimentando as pessoas com quem se cruza, sempre aprumado e aberto.

IT conversa com as varredoras de rua e perguntando-lhes como está a família, como vão os trabalhos, demonstrando, desse modo, que é presidente do povo. IT não tem medo do povo por saber que tem as mãos limpas. Não deve nada ao povo, por isso, anda pelas ruas a pé e sem sirenes nem gorilas.

Se pudéssemos encomendar um líder, recomendaríamos ao povo a procurar o seu IT para resolver os seus problemas de salários com enfermeiros, professores, polícias e outros.

Queremos um IT que sem medo povo, que anda pelas ruas das nossas cidades e vilas, sem que seus gorilas chutem nas pessoas. Um IT que não doa nossos recursos às multinacionais. Um IT que faça de tudo para que a nossa areia pesada, o carvão mineral de Moatize e Benga, o gás natural e grafite sejam transformados no país.

O povo quer um IT forte, capaz de proibir as empresas de poluir os nossos rios com a lavagem de ouro, como acontece com os rios Búzi, Révuè, na província de Manica, e rio Luenha, em Tete. As multinacionais que exploram nossos recursos naturais não pagam impostos em conformidade. Levam à sua maneira. É um festival de "take away".

Precisa-se de um IT para o país deixar de importar arroz, batata, tomate, couve e cenoura porque nos 36 milhões de hectares de arável e 66 rios com curso de água permanente. Podemos produzir o que precisamos para nos alimentarmos. Isso não acontece porque não convém aos que nos governam. Eles tiram proveito da situação de pobreza em que o país se encontra.

Não temos indústria e isso lhes permite dizer que somos pobres. A qualidade do ensino é catastrófica e o sistema de saúde está um caos. Os que nos governam não acreditam nos nossos sistemas de Educação e do Ensino. Eles tratam-se fora do país nem que seja para palatal os dentes ou limpar os ouvidos. Os seus filhos estudam e formam-se fora. Um país sem estradas nem transporte não pode concorrer com outras nações.

Em 50 anos, Moçambique com 2700 km da linha da costa marítima não tem transporte de cabotagem e não tem um único navio de carga ou de passageiro. Não tem uma estrada nacional que ligue o país de uma ponta a outra. O erro está na inexistência de liderança que coloque os interesses nacionais acima dos privados.

O povo tem que procurar IT's que existem desde que se pare com as fraudes eleitorais e violência policial que mantêm no poder os corruptos e assassinos que gastam mais de 97 por cento das fiscais em salários dos funcionários, em comer e beber à grande e à francesa.

O país não tem liderança capaz de velar pela pátria e desenvolvimento. O país precisa de paz e liberdade e o partido que nos governa desde a independência é um obstáculo ao desenvolvimento, à paz e liberdade. O país está em caos, nem conseguiu manter o que o colono deixou. Destruiu quase tudo.

O historiador clandestino

Por Adelino Timóteo

Uma curiosidade fez saltar a rolha de uma história até aqui desconhecida do mundo, mas com um fundo inacreditável. Desafortunadamente, o narrador que a devia contar, quase ao pé da letra, perdeu a memória, e mais se tratando de que acumula na própria pele a pessoa do historiador Aparício João Centavo, passa-se que esse cientista, a cinquenta anos da instituição da sua tese, mantém-se como um tristemente célebre desconhecido. Não porque não merecesse constar de uma posição honorável dela, nem porque fosse um provinciano historiador, mas por causa do resultado da pesquisa científica a que chegara com perfeição, não tolerada, infelizmente, por excessivo zelo dos que decidiram mantê-lo à sombra, que diziam ser o anonimato lugar adequado para um ousado homem das letras e artes.

Longe da capital do País, Aparício João Centavo dedicou-se durante muitos anos a documentar meticulosamente a vida de ilustres personalidades da antiga província ultramarina. Com o seu abnegado trabalho, o rebelde e visionário Centavo reunira um importante acervo documental, o suficiente e à altura dos mais elevados patamares, para ser considerado um clássico, senão mesmo o pai da história de Moçambique, não obstante terra regentada pela coroa de Portugal, com um passado de sessenta anos de administração pelo Reino da Espanha. Durante um quarto de século Aparício não se comunicou com ninguém, senão com arquivos contrabandeados e que reuniam avultada documentação privada e pública, cujas consultas o permitiram trazer a lume resultados que seriam apresentados na celebração da independência do país, daquela antiga metrópole.

No seu criterioso e laborioso estudo, Aparício primou por um ponto de vista sempre original, o que lhe valeu um lugar à sombra na Comissão de Preparativos para a Independência de Moçambique.

O impertinente e curioso estudioso Aparício, honrado com o cargo, estava disposto a demonstrar por A + B, como durante muitos séculos algumas figuras mitológicas que estavam na base da metonímia e da iconografia do seu país tinham sido pura e simplesmente usurpados desonestamente por dois fronteiriços países: Portugal e Espanha.

Ele se propôs a demonstrar como o aproveitamento que deles se faziam provinha de uma complexa e paradoxal rede de desconstrução.

Não é o facto de ele ser autodidacta que o iria desacreditar. O discreto bibliófilo Aparício estava na posse de primárias fontes, que prometiam um produto que arrumasse com os mais categorizados, eruditos e prolíficos científicos de todas as épocas. Não é por acaso que ele criou o Grémio de Historiadores Amadores, que se reunia entre Beira, A Corunha e Lisboa. Apesar de se proverem de documentos autênticos e secretos, a ideia não prosperou.

O mentor do estudo tinha sido o zeloso e austero José Boavida Esperatudo. Um devoto escrupuloso e perfeccionista, que presidia há muitos anos à Comissão dos Preparativos da Independência. A antiga insurgência moçambicana levava já um trabalho de avanço na preparação daquela efeméride, embora nem a luta armada tivesse começado. Esperatudo, de sorriso aberto, olhar traquino e inteligente, acreditava no futuro com optimismo, por isso o instruíra a ter tudo devidamente preparado, por forma a que no culminar da noite insidiosa da luta de libertação fossem tomados públicos os nomes dos heróis moçambicanos e das suas personalidades míticas, indiscutivelmente merecedoras de subir ao estandarte. Em consequência, viria a ser perseguido, expurgado, e, ainda, pisoteado.

Se há muito ele tinha os resultados em mãos, a independência da colónia era uma procissão que não saíra então do adro.

* * *

Naqueles tempos, a liberdade era uma precária notícia e privilégio de uns poucos. Aparício exercia a missão com verdadeiro patriotismo clandestino. Por isso, receando acabar nas masmorras da PIDE/DGS, ele manteve o sigilo, dir-se-ia, consigo mesmo. Percorrendo os caminhos sinuosos e ludibriando com talento a desconfiada polícia secreta, Aparício conseguiu reter um manancial de documentos, que o deixaram maravilhado, abrindo-se um precedente nas descobertas que ele ia desencantando. É verdade que a sua empresa de ladroagem muito se enriqueceu, tentando ele, embora, ressalvar as discrepâncias.

Opinião

uMkhonto we Sizwe!

Por Alexandre Chivale

Até há cinco meses atrás o título do nosso texto cingir-se-ia apenas a designar o braço armado do Congresso Nacional Africano (ANC), no poder na vizinha África do Sul desde 1994, quando Nelson Mandela foi empossado como primeiro Presidente negro daquele país, também conhecido como a nação do arco-íris. Diatribes internas no ANC, exacerbadas com a prisão (desnecessária) de Jacob Zuma por um crime que não se percebe lá muito bem, fizeram com que o uMkhonto we Sizwe (MK) passasse a ser o principal adversário político do ANC. É o mesmo que a ACLLN, de repente se decidisse transformar em partido político para desafiar a Frelimo nas eleições de 9 de Outubro de 2024. E o resultado é o que se pode esperar. A África do Sul foi a eleições no passado dia 29 de Maio de 2024, em resultado das quais o ANC perdeu maioria absoluta, saindo de 57% em 2019 para perto de 40% em 2024, tendo o DA passado de 20% para 21% e o EFF de Julius Malema que não passa dos 9%. O debutante MK conseguiu perto de 15% dos votos, o que em parte explica o rombo que se verificou no partido libertador. A conjugação destes resultados obriga a que o ANC tenha de escolher entre coligar-se com o DA e o MK para poder viabilizar a eleição de Ciryl Ramaphosa como Presidente da República, visto que em termos numéricos o EFF não está em condições de garantir maioria absoluta ao partido de Oliver Tambo. Independentemente do que for a escolha a fazer, é ponto assente que o maior perdedor destas eleições é Ciryl Ramaphosa, que vai ficar na história do país como o primeiro líder a levar o ANC a perder a maioria que lhe permita governar livremente. Por outro lado, qualquer das escolhas a fazer tem os seus prós e contras, que dependem de se a análise é feita na perspectiva emocional ou racional. Racionalmente e sem quaisquer amarras de natureza de paixão política, é de espectar que o ANC faça aliança com o DA, o que garante estabilidade política e económica do país e os necessários "checks and balance" do sistema político. Aliás, como contrapartida para uma eventual aliança o DA gostaria que tivesse o privilégio de ter o "Speaker of the Parliament" por si indicado. Entretanto, tal aliança significaria uma verdadeira traição e desvalorização do sangue derramado por Oliver Tambo, Govan Mbeki, Chris Hani, entre outros. E mais, daria razão a Jacob Zuma e Julius Malema, que defendem que Ciryl Ramaphosa é agente do capital financeiro "bóer", simbolizado pelo DA. Inclusivamente dentro do ANC Ciryl seria sempre uma figura politicamente acabada. Do ponto de vista emocional é de se esperar que o ANC faça aliança com o MK de Jacob Zuma, que, como atrás dissemos, é o resultado do fraccionamento do partido libertador, por contas das citadas questiúnculas entre as diversas facções. Tal "move" poderia permitir reconciliar o partido libertador e seria melhor recebido no seio do povo negro sul-africano, que toleraria melhor um Zuma visto como corrupto que o seu antigo opressor (obviamente, sem desprimor do processo de reconciliação nacional). Ainda assim, uma reconciliação das alas no ANC iria sempre implicar a perda de poder real de Ciryl Ramaphosa, pois até prova em contrário ele é o responsável pelo estado de coisas no ANC, a destacar, a saída de Zuma do partido e concomitantemente, os resultados das últimas eleições. Em todo o caso, na guerra de titãs quem perde é o ANC e Jacob Zuma, que vêm o DA a crescer a olhos vistos, recuperando o poder político, aliado ao poderio económico que, graças a Nelson Mandela nunca saiu do controlo dos "afrikanners". E a questão do acesso à terra e outros meios de produção de riqueza continua a ser um bico-de-obra para o ANC, que mesmo com o "Black Economic Empowerment" não conseguiu criar uma verdadeira elite económica negra na África do Sul e quando alguns tentaram essa façanha tiveram em Ciryl Ramaphosa um empecilho. Aliás, vale recordar que a mãe de Ciryl foi por muito tempo empregada doméstica dos Oppemheimer (uma das famílias mais poderosas economicamente no país) e CR sempre foi visto como menino de recados dos filhos da família, havendo quem garanta que continua a desempenhar fielmente esse papel, hoje nas vestes de Presidente da República. Mas outra razão que explica os resultados que tivemos nas eleições é o falhanço, em toda a linha, das políticas socio-económicas do governo de Ciryl Ramaphosa, a começar pelas graves insuficiências no provimento de energia eléctrica, que só teve interregno a partir dos finais do mês de Março, uma medida vista como "charme" eleitoral, sem a qual, eventualmente, os resultados do ANC seriam piores dos que tivemos. Mas a questão é: o que é que os restantes partidos libertadores aprenderam com estes resultados?

Canal de Moçambique

Não te preocupes, é o teu primeiro ano de faculdade...

Por Sérgio Raimundo

Quando subimos o chapa, estamos sempre atentos ao comportamento dos outros que não são universitários, que nunca puseram os pés na academia. Quando estamos no primeiro ano de faculdade: temos uma carruagem de teorias em forma de armamento para dispararmos contra o primeiro sujeito que pisar no nosso pé,

estamos sempre atentos para ceder a cadeira ao idoso que se encurrala como um macaco no cubo cromado do chapa e arrotar uma longa murmuração que engoma a nossa bela instrução superior "ninguém podia ceder a cadeira, sinceramente! Essa nossa juventude precisa de bons modos".

Quando estamos no primeiro ano de faculdade, passamos horas e horas com os pescoços pendurados nas prateleiras da biblioteca mesmo esbodegados de cansaço, andamos sempre com uma garrafinha de água na mochila, relacionamo-nos com universitários, adiantamos todos os trabalhos em grupos ainda faltando um mês para o prazo final e temos um molho de paciência para as filas cheias de vozes e sovacos da reprografia.

E temos a mania da informação, a mania de sorver tudo: lemos todos os jornais, participamos em tudo que é seminário, somos devoradores de todos os títulos dos jornais, acompanhamos todos os noticiários e nas cerimónias familiares somos os primeiros a levantar a bunda da cadeira e sempre usamos o grande rótulo que nos enche de orgulho "família, tenho de ir para a casa cedo, amanhã tenho aulas e apresentações na faculdade". E deixamos, no meio da família, uma longa cauda do nosso perfume universitário.

Quando estamos no primeiro ano de faculdade, a nossa lista telefónica ganha um novo ar; todos os nossos colegas são importantes "dra. Ana", "dr. Brito", "dr. Alfredo", "dra. Maria Isabel". E ainda temos aquela mania de pedir fontes em tudo que ouvimos por aí. Deixamos baralhada a nossa mãe quando nos conta uma fofoca bem quente da família ou de um vizinho qualquer "quem te disse, mãe. Tens evidências do que estás a dizer?", "essa informação é fidedigna?". E a nossa mãe, coitadinha, arruma a língua, molha os lábios e cala-se, pois, sabe que não fez a revisão bibliográfica da fofoca. Que sabem as nossas mães dessas coisas??

Depois termina o primeiro ano, e perdemos a energia do que tínhamos no primeiro ano e voltamos ao que éramos antes da faculdade: somos os primeiros a inventar sono no chapa para ficarmos bem sentadinhos na cadeira, pedimos com toda a gentileza do mundo ao cobrador que dê um toque no local onde é proibido estacionar, fazemos trabalhos de um mês em duas horas, não usamos os corredores que nos anunciam seminários e palestras e os pescoços que esticávamos nas prateleiras da biblioteca como girafas viram-se para as respostas do colega ao lado no dia do teste. Termina o primeiro ano e terminam todas as nossas manias. O primeiro ano é sempre assim!

Termina o primeiro ano, começamos até a destruir todos os docentes que nos encantavam nas aulas: "aquele só nos metia, não sabe nada". Programamos crimes perfeitos "no dia que tiver carro vou atropelar aquele docente" e até incluímos alguns colegas "aquele vai render, a vida não termina aqui na faculdade". Entramos na reprografia sem paciência e agrafamos fichas de insultos nas orelhas do senhor que faz as cópias porque é lento demais.

Metemo-nos apressados na biblioteca quando estamos à caça de um docente com um trabalho atrasado na mão, esquivamos os docentes nos corredores com receio daquela pergunta "por onde tens andado, não te vejo nas aulas" e arrastamos os pés sujos nas escadarias molhadas sem a autorização da senhora da limpeza.

Depois do primeiro ano, já não fazemos trabalhos em grupos: cada um faz a sua parte e depois juntamos no computador de quem não fez nada, e quem paga a impressão a cores é aquele fulano que sempre falta.

E criamos uma lista enorme que justifica cada ausência nossa nas aulas: ora, esse docente fala muito, ora, aquela docente só fala e não diz nada, ora, o problema é que aquela docente não tem marido; ora, não vejo a importância daquela cadeira para o meu futuro; ora, vale a pena estar aqui do que ouvir aquela docente. No primeiro ano de faculdade alguém me disse: "não te preocupes, é o teu primeiro ano de faculdade".

Canal de Moçambique

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
GABINETE DE GESTÃO DE ACTIVOS

EDITAL Nº 01/MEF/GGA/2024

O Gabinete de Gestão de Activos torna público que nos **dias 11 e 12 de Junho de 2024**, pelas 09:30h, no Auditório "B", 1º andar direito, edifício do Ministério da Economia e Finanças, sito Av. Julius Nyerere nº 449/469, realizar-se-á a venda de activos apreendidos por meio de leilão com 30% de desconto do valor da avaliação. Entre os bens a serem leiloados existem veículos, mobiliários, eletrodomésticos, contentores, geradores, entre outros.

O edital do leilão, bem como a relação dos activos com a designação, características, preço de licitação e localização dos activos, podem ser adquiridos ou consultados na Direcção Nacional do Património do Estado – Gabinete de Gestão de Activos, 8º andar, Torre "A", do Edifício do Ministério da Economia e Finanças, na página eletrónica do Gabinete de Gestão de Activos: **https://www.gestaoactivos.gov.mz** opção "Leilão.

Maputo, 28 de Maio de 2024

EDITAL Nº 02/MEF/GGA/2024

O Gabinete de Gestão de Activos torna público que no **dia 18 de Junho de 2024**, pelas 09:30h, no Auditório "B", 1º andar direito, edifício do Ministério da Economia e Finanças, sito Av. Julius Nyerere nº 449/469, realizar-se-á Sessão de Abertura do CONCURSO PÚBLICO para arrendamento de 4 (quatro) imóveis destinados ao funcionamento de Postos de Abastecimento de Combustível, localizados na Província de Sofala.

Os editais de arrendamento e seus anexos com a designação, características, preço de licitação e localização dos activos, podem ser adquiridos ou consultados na Direcção Nacional do Património do Estado – Gabinete de Gestão de Activos, 8º andar, Torre "A", do Edifício do Ministério da Economia e Finanças, na página eletrónica do Gabinete de Gestão de Activos: https://www.gestaoactivos.gov.mz opção "Leilão

Maputo, 28 de Maio de 2024

EDITAL Nº 03/MEF/GGA/2024

O Gabinete de Gestão de Activos torna público que no **dia 19 de Junho de 2024**, pelas 09:30h, no Auditório "B", 1º andar direito, edifício do Ministério da Economia e Finanças, sito Av. Julius Nyerere nº 449/469, realizar-se-á Sessão de Abertura do CONCURSO PÚBLICO para seleção e **contratação de imobiliária especializada em gestão de arrendamento, controlo, guarda e conservação de imóveis apreendidos.**

Os editais de arrendamento e seus anexos com a designação, características, preço de licitação e localização dos activos, podem ser adquiridos ou consultados na Direcção Nacional do Património do Estado – Gabinete de Gestão de Activos, 8º andar, Torre "A", do Edifício do Ministério da Economia e Finanças, na página eletrónica do Gabinete de Gestão de Activos: **https://www.gestaoactivos.gov.mz** opção "Leilão

Maputo, 28 de Maio de 2024

Nacional

Falta de pagamento de horas extraordinárias

Alunos em Gaza ameaçam juntar-se aos seus professores na contestação contra o Governo

Cláudio Saúte
sauteclaudio@gmail.com

Os alunos das Escolas Secundárias na província de Gaza ameaçam juntar-se aos professores nas reivindicações ao Governo devido à falta de pagamento de horas extraordinárias e factor 1,5 dos anos 2020, 2023 e 2024.

Os alunos dizem que, se, nos próximos dez dias, o Governo não resolver a situação dos seus professores, vão engrossar a onda das manifestações que decorrem em algumas províncias como Maputo, Gaza e Nampula.

Uma carta da Associação Nacional dos Professores, a cuja cópia o Canal de Moçambique teve acesso, diz que a Escola Secundária "Marien Ngouabi", na cidade do Xai-Xai, e a Escola Secundária de Ngazene, no posto administrativo do Chongoene juntaram-se à Escola Secundária "Joaquim Chissano", no Xai-Xai, e à Escola Secundária de Chidenguele, que já estão em greve há algumas semanas.

A Escola Secundária de Manjacaze suspendeu a paralisação devido às ameaças do director distrital da Educação, Juventude e Tecnologia.

Na nota introdutória que tem como assunto "Interpelação sobre o pagamento das horas extraordinárias de 2022, 2023 e 2024", a carta diz: "Com o devido respeito e consideração, o colectivo de professores da Escola Secundária Marien Ngouabi apresenta a presente carta para expor a grave situação que afecta o corpo docente da instituição".

O documento diz que a Escola Secundária "Marien Ngouabi", com funcionamento em três turnos e leccionando do 7.º ao 11.º ano, tem um corpo docente dedicado que garante o curso normal do processo de ensino, mas, devido à elevada procuta, os professores têm exercido a sua carga horária regular, dedicando tempo extra ao ensino em regime de horas extraordinárias e factor 1,5.

"Lamentavelmente, desde Setembro de 2022, o pagamento dos subsídios referentes às horas extras e factor 1,5 foi subitamente interrompido, sem qualquer explicação clara sobre a data de retomada. Essa situação estende-se até ao presente ano, acumulando uma dívida considerável. Dois meses e 18 dias em 2022; todo o ano de 2023 (10 meses); todo o primeiro trimestre de 2024. Em diversos encontros com a Direcção da escola, Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia e outras entidades, os professores buscaram esclarecimentos sobre o atraso nos pagamentos. Apesar das promessas de que o assunto está a ser tratado, ou que 'estamos a trabalhar no assunto', nenhuma solução concreta foi apresentada."

Os professores acrescentam que esta falta de respostas satisfatórias gerou grande insatisfação e frustração entre os professores, que se sentem abandonados e desvalorizados. Disseram também que a situação se agravou com a declaração do pPrimeiro-ministro, Adriano Maleiane, na Assembleia da República, quando afirmou que o Governo já havia pago 70% das horas extraordinárias na Função Pública, mas que o pagamento para o sector da Educação ainda estava pendente apenas para 2023.

Decisão do colectivo de professores

Os professores afirmam que, diante do exposto, e conscientes dos seus direitos, previstos no Artigo 51º da Constituição da República de Moçambique, que garante o direito á manifestação, dado que todas as promessas, até àquele momento, não se tinham concretizado (apesar de já ter havido o processo de verificação das horas por uma equipa do Ministério de Economia e Finanças), o colectivo de professores decidiu interromper todas as actividades lectivas a partir de 27 de Maio, por tempo indeterminado.

"Esta medida drástica visa pressionar para a resolução do problema e garantir o pagamento das horas extras em dívida. A retoma das actividades lectivas estará condicionada ao pagamento integral das horas extras em atraso. Somente com a resolução dessa questão será possível restabelecer um ambiente de trabalho saudável e propício ao cumprimento dos objectivos da escola e ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem."

Solicitação urgente

Segundo a carta, o colectivo de professores da Escola Secundária "Marien Ngouabi" apela às autoridades competentes para que tomem medidas urgentes para solucionar a questão do pagamento das horas extraordinárias em dívida.

"A continuidade das actividades lectivas e o bem-estar do corpo docente dependem da resolução célere e transparente dessa situação", afirmam.

A governadora ainda não respondeu à carta da Escola Secundária "Joaquim Chissano"

Os professores da Escola Secundária "Joaquim Chissano", na província de Gaza, escreveram à governadora de Gaza, Margarida Chongo, a anunciar que vai haver uma greve geral dos professores com horas extraordinárias, não vão entregar o aproveitamento do primeiro trimestre e não vão reunir o Conselho de Avaliação; vão paralisar as aulas no segundo trimestre; não vão permitir o acesso dos alunos no recinto escolar.

Volvidas duas semanas, Margarida Chongo ainda não respondeu à carta.

Numa extensa carta enviada ao Gabinete da governadora, os professores exigem o pagamento total das horas extraordinárias e factor 1,5 dos anos 2020, 2023 e 2024, não movimentação ou transferência dos professores devido a esta greve, não intimidação ou perseguição no local de trabalho dos profissionais envolvidos, não envolvimento ou interferência na vida socio-profissional dos familiares dos professores em greve e redistribuição dos professores grevistas de modo a que tenham a carga horária obrigatória.

Os professores afirmam que a entrega do aproveitamento do primeiro trimestre será feita mediante o pagamento de dois meses e dezoito dias de 2022, a realização do pré-Conselho e a retomada de aulas mediante o pagamento total das horas extraordinárias e factor 1,5 de 2024, não despromoção, transferência ou movimentação dos professores envolvidos na greve, por um período não inferior a dois anos, por iniciativa do Estado.

Nacional

"Excelência, em virtude de as manifestações levadas a cabo pelo colectivo dos professores da Escola Secundária 'Joaquim Chissano' não terem logrado um resultado palpável devido à inércia das instituições competentes e insucesso do diálogo, o colectivo vem, nos termos do Artigo 3 da Lei 9/9, de 18 de Julho, anunciar uma greve com duração de 30 dias prorrogáveis, socorrendo-se dos seguintes factos e fundamentos. A Escola Secundária 'Joaquim Chissano' é uma instituição que funciona com 84 docentes, e, deste número, a sua maioria lecciona acima da carga horária obrigatória, o que se configura em horas extraordinárias e factor 1,5", diz a carta dos professores, a cuja cópia o Canal de Moçambique teve acesso.

Segundo a carta, o pagamento dos subsídios de horas extraordinárias e factor 1,5 dos expoentes foi subitamente interrompido em Setembro de 2022 e, apesar da interrupção destes subsídios, a escola continua a atribuir aos professores uma carga horária com horas extraordinárias e factor 1,5, em 2023 e actualmente, em 2024.

"Os expoentes, apesar de sucessivos anos sem o pagamento dos seus legítimos subsídios, nunca deixaram de honrar com zelo, ética e dedicação os seus compromissos com os educandos. As dívidas, a falta de palavra, a acumulação de contas não pagas têm-se tornado um pesadelo na vida dos expoentes, culminando em problemas que geram mais problemas e, consequentemente, em descontentamento", diz a carta.

Acrescenta que, desde 2022 até agora, nenhum esclarecimento plausível foi dado aos expoentes pelas Direcções de tutela.

No final do mês de Fevereiro, uma equipa do Ministério de Economia e Finanças, em coordenação com o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano, trabalhou na referida escola, para fazer o levantamento da efectividade e a verificação desses subsídios de horas extraordinárias. Findo o trabalho, resultou em nada.

"Esta mesma equipa esteve a fazer o mesmo trabalho em outras escolas, e, por onde passou, os subsídios referentes ao ano de 2022 foram pagos, com excepção de algumas escolas, particularmente na província de Gaza e, especificamente, na escola em alusão."

Desgraçados e desmotivados

Segundo os professores, o director distrital de Educação, Juventude e Tecnologia do Xai-Xai ordenou ao grupo dos manifestantes para se retirarem de forma pacífica do recinto escolar, caso contrário usar-se-ia a força, sem pôr por escrito essa decisão.

A carta diz que, na manhã do dia 30 de Abril, a manifestação dos professores continuou, sempre à mesma hora e no mesmo local, de forma ordeira. O director da escola foi ao local onde os manifestantes se tinham reunido e desculpou-se pelos excessos do dia anterior e, de seguida, o director distrital de Educação, Juventude e Tecnologia procedeu do mesmo modo.

Em todas manhãs de dias úteis, a manifestação prosseguia, sempre em conformidade com o Artigo 51 da Constituição da República, que estabelece o direito à manifestação, conjugado com a Lei 7/91, alterada pela Lei 9/2001.

A carta diz também que, nas primeiras horas do dia 6 de Maio, pouco depois da concentração habitual dos manifestantes no seu local de sempre, o director da escola convidou os expoentes para uma pequena reunião na sala dos professores, onde pediu para que estes retornassem às actividades do fim do trimestre, mas os professores permaneceram firmes em não recuar.

"Os expoentes vêem-se, assim, desgraçados, desmotivados, num ambiente de trabalho que já não mais oferece a confiança necessária para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra tranquilamente, já que o silêncio de quem de direito continua ecoando diariamente nos passos dados pelos expoentes ao irem a cada manifestação. Nestes termos, e nos demais que a vossa douta compreensão e ponderação achar conveniente para o suprimento, comunicamos a V. Excelência o início da greve às 12 horas do dia 10 de Maio durante o período supramencionado no cabeçalho, aclarando a V. Excelência que nos encontramos abertos ao diálogo e para esclarecimentos que se afigurem necessários".

Canal de Moçambique

Nacional

(Cont. da pág. 05)

ridades portuguesas no âmbito de uma investigação contra alguns moçambicanos residentes em Portugal, por suspeitas de branqueamento de capitais em negócios imobiliários milionários, que estão associados a outros crimes, tais como tráfico de estupefacientes e facilitação de contratos de trabalho para vistos de residência para imigrantes.

Na mira do FBI (a Polícia federal norte-americana) está o empresário Norolamin Gulam, rosto do falido grupo "Maiaia", de Nacala, que está há alguns anos radicado em Lisboa, e o luso-moçambicano João Jorge, conhecido gestor executivo no sector bancário moçambicano, com passagens pela administração do banco da CGD e do BPI, o Banco Comercial e de Investimento (BCI), e pelo "Moza Banco". Ambos foram detidos pelo FBI quando desembarcavam nos Estados Unidos, por suspeitas de negócios fraudulentos milionários como compra de prédios, apartamentos de luxo e hotéis.

O "Jornal Económico", editado em Lisboa, referiu que a investigação a estes empresários moçambicanos foi confirmada pela Procuradoria-Geral da República em Portugal. "Confirma-se apenas recepção de pedido de colaboração das autoridades americanas. O mesmo tem carácter confidencial", disse ao "Jornal Económico" uma fonte oficial da Procuradoria-Geral da República, quando lhe foi perguntado sobre o envio da carta rogatória pelas autoridades norte-americanas. A mesma fonte não deu esclarecimentos quanto à detenção de Norolamin Gulam e João Jorge.

Na tarde de quarta-feira da semana passada, depois de buscas em Nacala e Nampula, a base da família Gulam, o Gabinete Central de Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional comunicou que instaurou vários processos, em que foram constituídos em arguidos quarenta cidadãos, moçambicanos e estrangeiros, e quinze empresas, indiciados da prática dos crimes de branqueamento de capitais, falsificação de documentos, fraude fiscal, abuso de confiança fiscal, associação criminosa e uso de documento falso.

A nota de imprensa da Procuradoria-Geral da República refere que na sequência da operação 'Stop Branqueamento de Capitais', entre os anos 2019 a 2023, os arguidos exportaram ilegalmente um montante apurado de cerca de USD 330.241.242,39 (trezentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e um mil, duzentos e quarenta e dois dólares e trinta e nove cêntimos) equivalente a 21.135.439.512,96 MT (vinte e um mil milhões, cento e trinta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e doze meticais e noventa e seis centavos)".

A nota de imprensa diz: "Foram realizadas buscas em residências e estabelecimentos comerciais pertencentes aos arguidos, localizados nas cidades de Nampula, Nacala, Matola e Cidade de Maputo, tendo sido detidos, até agora, cinco cidadãos, e apreendidos diversos documentos e equipamentos objecto de investigação. O 'modus operandi' dos arguidos traduzia-se na criação de empresas de fachada que eram usadas como veículo de exportação de capitais, com origem dos fundos em causa de proveniência ilícita e, nalguns casos, desconhecida".

Os arguidos, para lograr os seus intentos, actuavam em colaboração com alguns despachantes aduaneiros e certos funcionários dos Bancos. Estes falsificam os Termos de Intermediação Bancária e os Processos de Desembaraço Aduaneiro, que usavam para exportação de capitais, sob pretexto de importação de mercadorias em diversos países, principalmente os considerados paraísos fiscais.

Na instrução, foi accionada a cooperação jurídica e judiciária internacional com cerca doze países identificados como receptores dos fundos, com vista à assistência mútua legal e respectiva recuperação de activos.

Canal de Moçambique

Por dívidas de cerca de oito milhões de meticais

Empreiteiro leva a tribunal Alto-Comissariado de Moçambique no Botswana

Segundo o alto-comissário de Moçambique no Botswana, existe, sim, um litígio em tribunal entre o Alto-Comissariado e a empresa de construção civil "EG Solar", contratada para a construção da obra de edificação do Museu Samora Machel, em Lobatse. Mas nenhuma viatura do Alto-Comissariado de Moçambique no Botswana foi penhorada.

Cláudio Saúte
sauteclaudio@gmail.com

O Alto-Comissariado de Moçambique no Botswana foi levado a tribunal neste país pela empresa de construção civil "EG Solar", por alegada falta de pagamento de 1,5 mil pulas (7,6 milhões de meticais) relativamente a prestação de serviços ao Consulado em 2017.

Um vídeo posto a circular na semana passada mostra um cenário em que um grupo de agentes enviados pela empresa que prestou serviços invade o recinto do Consulado exigindo o pagamento.

O vídeo mostra também a chegada da advogada Sheniff Philimon ao Alto-Comissariado e duas viaturas ("VW Passat "e "Toyota Corola") a serem penhoradas. No vídeo também se vê uma viatura a bloquear o camião-reboque que a empresa "EG Solar" levou para carregar as duas viaturas.

Alto-Comissariado confirma o litígio

O alto-comissário de Moçambique no Botswana, António Macheve, numa mensagem enviada por WhatsApp ao Canal de Moçambique, no sábado, 1 de Junho, escreveu: "Sobre o vídeo que circula a respeito da Missão Diplomática de Moçambique no Botswana, importa esclarecer o seguinte: não constitui a verdade. Nenhuma viatura do Alto-Comissariado de Moçambique no Botswana foi penhorada, e o Alto-Comissariado não tem nenhuma dívida. Existe, sim, um litígio em tribunal entre o Alto-Comissariado e a empresa de construção "EG Solar", contratada em 2017 para a construção civil da obra de edificação do Museu Samora Machel, em Lobatse. Devido ao não cumprimento dos prazos e qualidade do trabalho, o Alto-Comissariado rescindiu o contrato com a empresa "EG Solár" e contratou outra empresa que concluiu a obra com sucesso. Apesar de o Alto-Comissariado ter pago todo o trabalho efectuado até à rescisão do contrato, a "EG Solar" continua a exigir o pagamento de: (i) salários dos seus trabalhadores; (ii) equipamento de construção que ficou na obra durante quatros meses; (iii) instalação eléctrica, (iv) retenção de 5% em cada pagamento efectuado sobre o trabalho realizado; (v) juros de mora; o que o Alto-Comissariado não achou razoável, por isso está em tribunal".

O alto-comissário no Botswana disse que sempre colaborou com a Justiça e constituiu um advogado para o representar e disse que a invasão do recinto do Alto-Comissariado constitui uma violação do espaço de uma Missão Diplomática, o que foi prontamente comunicado com preocupação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Botswana, que lamentou e pediu desculpas.

"O Alto-Comissariado acordou com a 'EG Solar' para se encontrar um valor de compromisso na base do que for considerado razoável e pagável", disse.

António Macheve

Canal de Moçambique

Nacional

Após mais um acordo com o Governo

Profissionais da Saúde suspendem greve durante trinta dias

Neuton Langa
neutonlanga95@gmail.com

A Associação dos Profissionais de Saúde Unidos e Solidários de Moçambique chegou a um acordo com o Governo, na semana passada, sobre o pagamento das horas extraordinárias, a ser aplicado dentro de três meses.

Anselmo Muchave, presidente da Associação, disse ao Canal de Moçambique que a promessa do Ministério da Saúde de pagar horas extraordinárias e subsídio de risco foi determinante para a decisão de suspender a greve.

"As horas extraordinárias de 2022 foram devidamente pagas. O pagamento das horas extraordinárias de 2023 será feito de forma faseada até Agosto de 2024. Há um ganho para os profissionais da Saúde, que são os 15% de subsídio de risco. Tivemos um aumento de 15% para todos os profissionais da Saúde e todos os funcionários do Ministério da Saúde", disse Anselmo Muchave.

Além disso, as partes concordaram que a distribuição de material hospitalar será supervisionada conjuntamente, para evitar desvios, e também foi prometido mais material.

"Relativamente ao equipamento hospitalar, esforços por parte do Governo estão a ser envidados no sentido de assegurar a aquisição e distribuição paulatina de equipamento para hospitais centrais, gerais, provinciais, distritais e centros de saúde", afirmou.

A Associação dos Profissionais de Saúde Unidos e Solidários de Moçambique exigia do Governo o fornecimento de medicamentos aos hospitais (em alguns casos, os medicamentos têm de ser adquiridos pelos pacientes); aquisição de camas hospitalares; resolução do problema da falta de alimentação; equipar as ambulâncias com materiais de emergência; equipamento de protecção individual não descartável, cuja falta obriga os funcionários a pagarem do seu próprio bolso.

Durante os dias de greve dos profissionais da Saúde gerou-se um caos nas Unidades Sanitárias, tendo havido um elevado número de mortes. A Associação dos Profissionais de Saúde informou que morreram cerca de mil pacientes nas diferentes Unidades Sanitárias do país.

Subestimação do impacto da greve

O Observatório do Cidadão para Saúde considerou que o Governo subestimou o impacto da greve até agora, optando por uma postura irresponsável e perigosa ao mobilizar pessoal com formação inadequada para preencher lacunas nos hospitais públicos.

O Observatório do Cidadão para Saúde disse também que há um cenário alarmante de assédio e intimidação contra os profissionais que aderiram à greve, enquanto o Sistema de Saúde funciona abaixo da sua capacidade, incapaz de oferecer serviços básicos.

Canal de Moçambique

Divulgação

Canal do Seguro

Dinito Ernesto Covela Júnior *

O dever de informação do tomador do seguro de viagem na fase pré-contratual

1. Âmbito do dever de informação

O dever de informação do tomador do seguro é muito mais do que uma simples obrigação pré-contratual. É a base de todo o contrato de seguro, através do qual será apurada a capacidade do Tomador do Seguro para contratar seguro, assim como a avaliação do objecto a segurar pela seguradora, correspondente prémio a pagar e a reparação pela verificação do risco.

Assim, o dever de informação do Tomador do Seguro implica o cumprimento de três grandes obrigações:

- a de fornecer elementos referentes à sua identificação;
- informação sobre a viagem segura toda e qualquer alteração no decorrer da vigência do contrato
- informação sobre todo e qualquer sinistro e as circunstâncias da ocorrência.

1.1. Dever de identificação

A identificação do Tomador do Seguro visa fundamentalmente apurar a sua capacidade para contratar seguros, considerando os direitos e obrigações que deste acto advém.

Mais do que o nome, género, endereço, filiação, estado civil entre outros elementos da pessoa segura, deve-se informar à Seguradora sobre doenças crónicas e outras informações sobre a saúde da pessoa segura.

Adicionalmente, as Seguradoras são obrigadas a recolher, de todos os que com ela contratem seguros, documentos obrigatórios, com vista ao cumprimento do seu dever de diligência devida ao cliente (DDC).

O dever de identificação do Tomador do Seguro não se esgota com o fornecimento da documentação obrigatória no momento da contratação do seguro. Antes, a comunicação das alterações posteriores aos dados constantes da documentação inicialmente fornecida, integra o dever de identificação.

1.2. Informação sobre a viagem segura toda e qualquer alteração no decorrer da vigência do contrato

No contrato de seguro, há dois principais momentos a considerar: i) previamente à contratação do seguro e ii) na execução e vigência do contrato de seguro.

Previamente à contratação e sobre a viagem, o Tomador do Seguro deve informar à Seguradora acerca das datas de ida e regresso, destino, meio de transporte entre outras informações relevantes sobre a deslocação e respectiva documentação de suporte.

Durante a execução do contrato de seguro, o Tomador do Seguro deve informar a Seguradora sobre toda e qualquer circunstância de que resulte redução ou agravamento do risco declarado aquando da contratação do seguro.

1.3. Informação sobre todo e qualquer sinistro e as circunstâncias da ocorrência

Em caso de sinistro, o Tomador do Seguro ou Segurado deve comunicar à seguradora, no prazo estabelecido no contrato de Seguro, sob pena de incorrer nas sanções também estabelecidas no contrato de Seguro.

2. Quais são as consequências da omissão do dever de informação durante a execução do contrato de seguro?

Podemos discriminar as consequências em função do respectivo incumprimento:

i) Se o Tomador de Seguro não apresentar os documentos solicitados no âmbito do dever de diligência devida ao cliente, dá à Seguradora o direito de não aceitação do risco e emissão da correspondente apólice. Mais ainda, a recusa no fornecimento de documentos obrigatórios, tem impactos sobre o controlo e prevenção do branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

b) Em caso de alteração do risco no que tange à viagem ou pessoa segura, o Tomador de Seguro deve, no prazo de oito (8) dias subsequentes ao seu conhecimento, comunicar à Seguradora, informando sobre todos os factos ou circunstâncias susceptíveis de determinar o agravamento ou redução do risco. Caso se verifique a omissão ou inexactidão desta comunicação, a Seguradora pode, no prazo de 15 dias, (i) resolver o contrato, (ii) reduzir proporcionalmente a garantia de cobertura ou (iii) apresentar novas condições.

3. O que acontece se, entretanto, ocorrer um sinistro tendo havido agravamento do risco?

Ocorrendo agravamento do risco sem que tal situação tenha sido comunicada à Seguradora pelo Tomador de Seguro ou Segurado, a Seguradora não está obrigada ao pagamento da indemnização, se o Tomador do Seguro ou Segurado tiver agido de má-fé.

Se não houver má-fé, a Seguradora efectua o pagamento da indemnização, reduzindo-a proporcionalmente entre o prémio convencionado no contrato e aquele que teria sido aplicado se a Seguradora conhecesse a real dimensão e natureza do risco.

Se o agravamento tiver sido devidamente comunicado no prazo de 8 dias, em caso de sinistro, a Seguradora deve pagar a indemnização ainda que no decurso do prazo de comunicação e resposta.

As alterações do objecto ou pessoa segura podem determinar a redução do risco.

Neste caso é aplicável o regime de agravamento quanto aos prazos e consequências em caso de boa ou ma fé, com as necessárias adaptações.

4. Qual é a importância do dever de informação?

O dever de informação tem como objectivo garantir que as partes envolvidas actuem de forma transparente e honesta, estabelecendo uma relação de confiança mútua.

O dever de informação refere-se à obrigação do segurado de fornecer todas as informações relevantes sobre o risco, a fim de que a seguradora possa avaliar corretamente o risco e oferecer uma cobertura adequada e personalizada. Essas informações devem ser precisas, completas e actualizadas, desde a contratação do seguro até o final do período de vigência.

Este dever é importante para garantir a segurança e a estabilidade do contrato de seguro. Quando o segurado cumpre com seu dever de informação e age com boa-fé, a seguradora pode avaliar correctamente o risco e oferecer uma cobertura adequada, garantindo a protecção financeira do segurado em caso de sinistro.

* Gerente da Agência da Matola

Opinião

Maiêutica Herética

Dois regimes opostos

Por Afonso dos Santos

"O inimigo instalou-se nos sectores mais sensíveis do Aparelho de Estado, nos Ministérios e nos Governos Provinciais. Porquê? Porque alguns responsáveis se deixaram embalar por relatórios falsos, relatórios triunfalistas, relatórios que escamoteiam a realidade. Porque alguns responsáveis são sensíveis à adulação, sensíveis ao servilismo, sensíveis aos lambe-botas, sensíveis ao beija-mão. Perderam a sensibilidade para os problemas do povo. Ficam insensíveis às queixas do povo. (...) A acção do inimigo concentrou-se em particular nas estruturas do Aparelho de Estado que estão mais ligadas ao desenvolvimento da nossa economia e à satisfação das necessidades do povo. Os seus alvos principais: abastecimento do povo, habitação, transportes, saúde, sectores produtivos. Um dos seus objectivos essenciais é impedir o Aparelho de Estado de dirigir a economia. Por isso, a sua actuação dentro do Aparelho de Estado é subtil. Não surgem abertamente contra a nossa política. Executam-na na aparência, mas deturpam-na na realidade."

Estas palavras acima transcritas podem suscitar duas ideias principais. A primeira é a de que elas podem perfeitamente ser tomadas como uma descrição da situação actual, caracterizam-se pela sua actualidade. A segunda é a de que elas parecem ter sido pronunciadas por alguém que se opõe ao regime que está implantado hoje no país. Estas são palavras de Samora Machel, pronunciadas num comício que se realizou em 18 de Março de 1980, na Praça da Independência, em Maputo. Este discurso está publicado numa brochura intitulada "Desalojemos o inimigo interno do nossó Aparelho de Estado", que está ao alcance de qualquer pessoa que tenha acesso à internet. Pode ser encontrado em: marxists.org.machel Aparece uma longa lista de "links", e ao fundo da página (abaixo do título "Outros textos"), há um "link" que diz "Publicações" e que dá acesso a esta brochura e a muitas outras, que podem ser transferidas para o computador pessoal. Estas eram as palavras do poder. Que estas fossem as palavras do poder e pareçam agora palavras da oposição constitui fundamento suficiente para afirmar que se trata de dois regimes opostos, criados por duas Organizações antagónicas. Este discurso de Samora Machel faz uma análise profunda da situação que se vivia e permite perceber de que modo a sabotagem interna estava a funcionar como um complemento da guerra que tinha como objectivo a liquidação da Independência Nacional de Moçambique e a instauração do regime neocolonialista que hoje subjuga o país. Por vezes, ouvimos pessoas que se perguntam: "Como é que chegámos a esta situação que hoje estamos a viver?". Este é um resultado da guerra. O inimigo interno que está devidamente caracterizado no discurso do presidente Samora Machel aproveitou as dificuldades causadas pela guerra para sabotar a edificação da democracia popular e apresentar-se perante as potências do neocolonialismo como alternativa para a Organização que fazia a guerra. Por isso esta mesma Organização se tornou descartável, para essas potências, como se vê até hoje. Um dos indicadores mais claros de que estamos perante dois regimes opostos é que havia estrangeiros, principalmente portugueses, que eram grande amigos e apoiantes da Organização que fazia a guerra e que faziam campanhas de propaganda contra o partido que estava no poder e, numa acção de grosseira ingerência nos assuntos internos dum país soberano, agiam contra o próprio Governo da República Popular de Moçambique, e hoje fazem negócios com o poder actual. A fonte e fundamento para fazer esta afirmação são os órgãos de comunicação social, na altura e também na actualidade, por exemplo, em artigos de opinião e em reportagens sobre viagens de negócios e declarações de amizade com o regime de hoje. Esses indivíduos mudaram os seus interesses políticos e económicos, ou a Organização que hoje está no poder já não é a mesma que aquele partido contra o qual eles tanto lutaram? Há quem pergunte: mas como é que não é a mesma Organização, se os dirigentes são os mesmos? Ora, essa é exactamente uma das maiores diferenças. Comparar o nível de formação política, o nível de conhecimentos científicos e de cultura geral e, sobretudo, o nível moral daqueles que hoje fazem parte dos órgãos de topo da Organização, tomando como termo de comparação os dirigentes do partido que a antecedeu, é como comparar o voo da galinha com o voo da águia, comparar a luz do candeeiro a petróleo com a luz eléctrica, comparar a Idade das Trevas com a Idade das Luzes, comparar a lei da selva com a lei do Estado. E comparem as qualidades de carácter e o grau de competência dos sucessivos chefes-mor nas diferentes épocas e tirem a vossa própria conclusão sobre se foi uma mesma Organização que os colocou no posto de comando. E o factor principal nem é se os dirigentes são os mesmos, ou não. Basta uma pergunta: são os dirigentes da Organização que executam as fraudes eleitorais em todo o território nacional (províncias, distritos, localidades)? Todos esses vigaristas que roubam votos e enchem urnas com outros votos nunca teriam entrada no partido que a actual Organização aniquilou. É o tipo de membros existentes numa Organização que define qual é a natureza da mesma. Se são pedreiros, canalizadores, electricistas e carpinteiros, trata-se de uma empresa de construção. Se são vendedores, trata-se de uma loja. Se são economistas, trata-se de uma instituição financeira. Se são trapaceiros e traficantes (de influências, de madeira, de produtos da fauna bravia, de automóveis e traficantes daquela coisa), trata-se de uma Organização criminosa. O que define a natureza de uma Organização são, em primeiro lugar, os seus objectivos, os quais determinam a sua prática. Quando esta mudou, é porque os seus objectivos mudaram, e, por conseguinte, a Organização já não é a mesma. Perante todas estas diferenças, há quem mete no mesmo saco dois regimes opostos e diz que o poder é o mesmo desde há cinquenta anos. Mas esse é um malabarismo oportunista, que sofre de incongruência, porque, ao mesmo tempo, louvam esta "democracia multipartidária" ditatorial, dizendo que antes não havia democracia e agora é que há. No fundo, são oponentes de um regime que sirva o povo. São ambiciosos de poder, que fazem esta salada que mistura numa mesma tigela dois regimes opostos, e que é temperada pelo vinagre dos humores azedos segregados pela frustração de não terem uma cadeira à mesa do banquete do poder. Há um tipo de regime que é designado "autocracia". Mas o tipo de regime que possa satisfazer a ânsia e a ganância destes descontentes com Moçambique é a "egodemocracia". *Canal de Moçambique*

Agenda cultural e social

LITERATURA E LIVROS

6 de Junho (quinta-feira)

- Palestra sobre Luís de Camões em Moçambique, com Fátima Mendonça, às 14h30, no Centro Cultural Português, na Beira.

TEATRO

5 de Junho (quarta-feira)

- "Provavelmente Saramago", com Vinícius Piedade, às 18h00, no Instituto Guimarães Rosa.
- "Teatro físico", com Fábio Vidal, às 18h00, no Instituto Guimarães Rosa.

6 de Junho (quinta-feira)

- "JGM – Ode Marítima", às 18h00, na Fundação Fernando Leite Couto.
- "Monólogo da prostituta no manicómio", às 19h30, no Centro Cultural Franco-Moçambicano.
- "Eterno retorno", com Fábio Vidal, às 18h00, no Instituto Guimarães Rosa.

7 de Junho (sexta-feira)

- "An act of man", às 10h00, no Instituto Guimarães Rosa.
- "Cárcere", com Vinícius Piedade, às 18h00, no Instituto Guimarães Rosa.
- "State of the adoress", às 19h00, no Instituto Guimarães Rosa.
- "O candidato", às 18h00, no Cine-Teatro "Gilberto Mendes".

8 de Junho (sábado)

- "Escultura humana", às 17h00, no Instituto Guimarães Rosa.
- "Gumula", às 18h00, no Instituto Guimarães Rosa.
- "Tx theatre", às 18h00, no Instituto Guimarães Rosa.

CINEMA

5 de Junho (quarta-feira)

- Exibição do documentário "Trabalho infantil – um mal para a sociedade", às 18h00, na "Galeria".

EXPOSIÇÕES

5 de Junho (quarta-feira)

- Inauguração da exposição "Entre vozes e caminhos", às 18h00, na Fundação Fernando Leite Couto
- Patente a exposição "As peripécias de Luís Vaz de Camões", no Centro cultural Português, na Beira.
- Patente a exposição "Afroexo – património imaterial em África", no Instituto Guimarães Rosa.
- Patente a exposição "Nostaulogia cinemática", no Centro Cultural Moçambicano-Alemão.

PROGRAMAÇÃO PARA CRIANÇAS

5 de Junho (quarta-feira)

- Exibição da peça de teatro "As mãos das águias", com Vinícius Piedade, às 10h00 no Centro Cultural "Tsindya".

8 de Junho (sábado)

- Peça musical "Saltimbancos", do grupo TP50, às 10h00, no Centro Cultural Franco-Moçambicano.
- "Quinzena da Criança" – "Ser feliz", às 10h00, no Museu.

PALESTRAS, CONFERÊNCIAS, DEBATES

5 de Junho (quarta-feira)

- Planificação e gestão de projectos comunitários, às 15h00, no "Above".
- "Oficina criativa", com João Garcia, às 11h00, no Instituto Superior de Artes e Cultura.

6 de Junho (quinta-feira)

- "Webinar" "Como está Cabo Delgado? Mineração e Desenvolvimento" às 15h00, nas plataformas digitais da OMR.
- "Oficina criativa", com Mxolisi Masilile, às 9h30, no Instituto Superior de Artes e Cultura.

8 de Junho (sábado)

- Seminário "Conheça-se como mulher que deseja engravidar", às 9h00, na "Coopmed".

11 de Junho (terça-feira)

- "Atelier filosófico" – "Os três poderes executivos em Moçambique: separados ou materialmente integrados", às 18h00, na Fundação Fernando Leite Couto.
- Debate sobre "Don Benjamim", de Ivan Zahimas, às 18h00 no Centro Cultural Franco-Moçambicano.

ENTRETENIMENTO

5 de Junho (quarta-feira)

- Sarau de arte e cultura, com Rafalel Machavane, às 14h00 no Centro cultural Português, na Beira.

6 de Junho (quinta-feira)

- Apresentação pública do segundo Salão Coreográfico, às 18h00, no Centro Cultural Português.

7 de Junho (sexta-feira)

- "Karaoke" com Filipão Marques, às 19h00, no Restaurante Muzza.
- "Karaoke" com Leiga João, às 18h00, no "Bar do Pincon".
- "Tenda", às 21h00, no "Bar do Lapson".

8 de Junho (sábado)

- Apresentação de "Danças cá da terra", às 18h00, no Centro Cultural Português, na Beira.

OUTRAS ACTIVIDADES

5 de Junho (quarta-feira)

- Campanha de emissão de Bilhete de Identidade, às 8h00, na Universidade Pedagógica.
- Campanha de angariação de roupas e alimentos para crianças. Evento organizado pelo "Orfanato Antunes".

8 de Junho (sábado)

- Acção de limpeza e monitoria da praia e plantio de árvores, às 7h00. Concentração em frente ao "Baía Mall".

10 de Junho (segunda-feira)

- Concurso de canto e poesia alusivo às comemorações dos 500 anos de Camões, às 15h00, no Centro de Línguas de Quelimane. *Canal de Moçambique*

www.canal.co.mz
Maputo, quarta-feira, 05 de Junho de 2024
Sede: Bairro Central, Av. Maguiguana, n.º 1049 | Casa n.º 65000 R/C | canal.i.canalmoz@gmail.com

Sem grande surpresa

Venâncio Mondlane abandona a Renamo e renuncia ao cargo de deputado

Ossufo Momade e seus sipaios celebram a saída de um homem que os desafiou até ao limite, mas que também foi uma grande fonte de mobilização da juventude para a Renamo.

Cláudio Saúte
sauteclaudio@gmail.com

Era uma espécie de saída já anunciada. Venâncio Mondlane (deputado da Renamo na Assembleia da República e que foi cabeça-de-lista deste partido nas eleições do ano passado para o cargo de presidente do Conselho Municipal da cidade de Maputo) abandonou a Renamo depois de um período de relação conturbada com Ossufo Momade, presidente da Renamo, a quem levou a tribunal para forçar a marcação do Congresso deste partido.

A decisão de Venâncio Mondlane foi tomada na segunda-feira e foi comunicada à Renamo e à Assembleia da República.

"Em consequência de uma tomada de consciência profunda da necessidade de busca de meios mais eficientes e duma atmosfera política propícia para continuar o seu combate em defesa da democracia plena e na luta para o livre exercício dos deveres patrióticos, ao abrigo da alínea a) do artigo 5 da Lei 31/2014, de 30 de Dezembro, Estatuto do Deputado, submeto a renúncia ao mandato", lê-se no documento de renúncia, a cuja a cópia o "Canalmoz" teve acesso.

Numa outra carta, dirigida à secretária-geral da Renamo, Clementina Bomba, Venâncio Mondlane anuncia a sua saída do partido Renamo. "Membro da Renamo desde 2018, após uma reflexão aprofundada, concluindo que deve buscar meios alternativos para continuar a promover a ética, princípios e valores de uma democracia plena, vem por este meio apresentar a renúncia da sua qualidade de membro do partido", lê-se no documento.

Este é um abandono que acontece depois de várias batalhas judiciais em repúdio por alegadas injustiças no partido Renamo e pelos resultados das eleições autárquicas. Deste modo, Venâncio Mondlane acaba com a sua ligação ao partido Renamo e assume a sua candidatura independente para o cargo de Presidente da República.

Proibição do uso dos símbolos da Renamo

Há duas semanas, a Renamo informou que Venâncio Mondlane estava proibido de usar os símbolos deste partido na promoção da sua imagem como candidato independente à Presidência da República.

"Se um sujeito vai avançar com uma candidatura independente às eleições presidenciais, é óbvio e lógico que deve alimentar a sua iniciativa na qualidade de candidato que é, mas deixa de usar nome, bandeira e camisetes da marca Renamo", disse Arnaldo Chalaua, deputado e porta-voz da bancada parlamentar da Renamo.

Recorde-se que supostos membros e simpatizantes da Renamo realizaram manifestações na cidade de Maputo, em Marromeu e em Quelimane em contestação da reeleição de Ossufo Momade como presidente do partido Renamo.

Arnaldo Chalaua repudiou as manifestações e disse que em todas as províncias e cidades não há espaço para manifestações de protesto em relação à reeleição de Ossufo Momade.

A confusão no Congresso da Renamo

O Congresso da Renamo ficou marcado pela exclusão da candidatura de Venâncio Mondlane à presidência deste partido, por não cumprir os requisitos do perfil definido pelos órgãos do partido. Venâncio Mondlane ainda recorreu aos tribunais para forçar a inclusão da sua candidatura, mas, apesar de uma providência cautelar que foi aceite pelo tribunal, o Congresso da Renamo não alterou a lista de candidatos que foi submetida a votação nem permitiu a entrada de Venâncio Mondlane na reunião.

O presidente da Renamo, Ossufo Momade, de 63 anos de idade, será o candidato deste partido para o cargo de Presidente da República, conforme decisão tomada pelo Congresso da Renamo, que o reconduziu ao cargo de presidente deste partido.

Canal de Moçambique

Director: Fernando Veloso | Ano 14 - N.º 869 | Nº 771
Maputo, quarta-feira, 05 de Junho de 2024

"Mozal" e "Gapi" capacitam empreendedores da Matola e Boane no projecto "Nhluvuko"

Empreendedores dos distritos da Matola e Boane, seleccionados de um total de mil inscritos, concluíram recentemente uma capacitação em Gestão de Negócios, no módulo "Comece e Desenvolva o Seu Negócio", ministrada pela "Gapi", com financiamento da "Mozal".

Esta capacitação, a terceira a ser ministrada, abrangeu proponentes que actuam nas áreas agro-processamento, serralharia, arquitectura, comércio geral, avicultura, estética, ferragem, carpintaria, reprografia, farmácia, serigrafia, costura, restauração, mecânica, bate-chapa, reciclagem e educação.

O presidente da Comissão Executiva da "Gapi", Adolfo Muholove, falando durante a entrega dos diplomas, apontou a importância do conhecimento e da preparação para o sucesso das iniciativas empreendedoras. E salientou o compromisso da "Gapi" em capacitar de forma holística, integrando as componentes de capacitação, desenvolvimento institucional e financiamento.

Adolfo Muholove elogiou os esforços da "Mozal" para acelerar o desenvolvimento local das comunidades. "A visão da 'Mozal' de adoptar um conceito de responsabilidade social que 'empodera' e alavanca os negócios das comunidades de forma sustentável é um exemplo de como o sector privado pode liderar os processos de desenvolvimento".

O projecto "Nhluvuko", com duração inicial de cinco anos, visa contribuir para o aumento dos rendimentos, do emprego e das condições de vida dos beneficiários nos distritos de Boane e Matola, melhorando a capacidade operacional dos seus negócios.

Desde o seu lançamento, o "Nhluvuko" abrangeu cerca de três mil interessados, sobretudo mulheres e jovens, oferecendo acções de capacitação e financiamento para melhorar a capacidade operacional e a gestão de negócios. Com o lema "Acelerando o desenvolvimento local", o projecto está orçado em cerca de 77 milhões de meticais e visa contribuir para o aumento do emprego e dos rendimentos na região.

Canal de Moçambique

Coral South FLNG leva engenheiros moçambicanos à Itália

A "Coral FLNG SA" anunciou que, no mês de Maio, vinte e quatro engenheiros moçambicanos recém-graduados partiram para a Itália para receberem formação técnica na Eni Corporate University durante quatro meses. Esta formação faz parte de um programa mais amplo, com a duração de dois anos, implementado no âmbito do plano de desenvolvimento do conteúdo local e de nacionalização do projecto "Coral South FLNG".

Este é a segunda edição de um programa de formação que teve início em 2019 e beneficiou, na sua primeira fase, trinta e dois graduados, que agora fazem parte dos quadros da "Coral FLNG SA". Os vinte e quatro candidatos foram seleccionados de um total de trezentos candidatos das instituições do Ensino Superior de Maputo e Pemba, após um rigoroso processo de selecção que avaliou uma série de critérios, incluindo a excelência académica, fruto da cooperação com várias universidades moçambicanas.

A formação inclui várias fases, iniciando-se com um curso intensivo de Inglês realizado em Maputo. A fase subsequente, em Itália, abrangerá as áreas de Saúde e Segurança Marítima e Naval, Manutenção, Serviços Técnicos e Laboratoriais, seguida de um processo de formação no local de trabalho. Espera-se que os graduados possam, no futuro, integrar os departamentos de Manutenção, Produção, Laboratório, Activos e Integridade de Activos na instalação Coral Sul FLNG, localizada na Bacia do Rovuma, na província de Cabo Delgado.

Elina Domingos Sambo, licenciada em Engenharia Química e beneficiária do programa, apontou a grande responsabilidade de ser uma das três mulheres do grupo e afirmou que tudo fará para dignificar o género. E acrescentou, sobre a formação prática: "Vai ser a melhor parte desta formação, porque vai ajudar a melhorar as minhas competências para me tornar uma boa profissional e contribuir para o desenvolvimento do meu país."

O projecto "Coral South" é operado pela "Eni" em nome dos parceiros da Área 4 e é o primeiro a desenvolver os vastos recursos de gás descobertos na Bacia do Rovuma. Até à data, o "Coral South" já exportou cinquenta e oito carregamentos de gás natural liquefeito e nove de gás natural condensado. A "Coral FLNG SA" é uma entidade de objecto específico, estabelecida em Moçambique pelos parceiros da Área 4, nomeadamente, a "Eni", "ExxonMobil", CNPC, "Galp", KOGAS e "Empresa Nacional de Hidrocarbonetos E.P.", responsável pela gestão da infra-estrutura Coral Sul-FLNG.

Canal de Moçambique

BCI oferece material informático a EPC "4 de Outubro"

O BCI ofereceu, na semana passada, material informático à Escola Primária Completa '4 de Outubro', no distrito de Boane, na província de Maputo. O acto de entrega decorreu no pátio da escola, na presença de alunos, professores, líderes comunitários e membros do Governo local.

Na ocasião, o representante do BCI, Plionardo Sigaúque, afirmou que o BCI interpreta a sua responsabilidade social como um compromisso com o país e com as diversas comunidades em que está inserido. "A forma de expressar este nosso posicionamento traduz-se através de actos de natureza muito diversa, e o apoio a projectos e iniciativas socialmente relevantes em vários domínios, como a educação, a saúde, a inovação, o empreendedorismo, constituem pilares fundamentais com os quais o Banco se identifica", afirmou Plionardo Sigaúque. E disse também: "Temos consciência dos desafios enfrentados por esta instituição, daí a nossa contribuição e envolvimento como Banco, através do apoio que estamos a prestar". E acrescentou: "A nossa expectativa é que o material responda às necessidades desta importante instituição de ensino".

Numa mensagem que leram, os alunos beneficiários do material doado referiram a importância do equipamento e fizeram uma promessa: "Cuidar muito bem do material, porque vai ajudar a suprir as nossas necessidades. Esperamos que esta escola continue a merecer a vossa atenção e apoio, assim como outras crianças, noutras Escolas".

O Chefe da Repartição de Educação Geral, no Serviço Distrital da Educação, Juventude e Tecnologia, Armando Matsinhe, agradeceu e saudou a iniciativa do BCI. "Sentimo-nos honrados com o vosso gesto. Vai contribuir para melhorar a qualidade de ensino nesta escola e o desempenho dos nossos profissionais da Educação, referimo-nos aos professores, em particular, que, no dia-a-dia, trabalham com as crianças. No seu trabalho avaliam as crianças, e essa avaliação será introduzida nos computadores que hoje estamos a receber".

Canal de Moçambique

Nyusi inaugura rede eléctrica em Manica

O Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, inaugurou recentemente a Rede Eléctrica do posto administrativo de Mandie, no distrito do Guro, na província de Manica. Este projecto, avaliado em cerca de 48 milhões de meticais e financiado pelo Governo de Moçambique, criou quarenta e cinco postos de trabalho durante sua implementação, sendo trinta e cinco a nível local e dez de pessoal técnico do empreiteiro.

Na ocasião, o Presidente da República disse que a chegada de energia da Rede Eléctrica Nacional a Mandie impulsionará o uso de infra-estruturas de saúde e ensino, melhorando significativamente a qualidade de vida da população.

"Com energia eléctrica, diversos aparelhos e equipamentos funcionarão com regularidade, constituindo um passo importante no acesso à informação digital e aos meios de comunicação, abrindo espaço para a inclusão financeira pelos serviços disponíveis", afirmou o Presidente da República.

E disse também que o projecto de electrificação de todos os posto administrativos do país, iniciado em 2020, está a ter resultados encorajadores. "O nosso principal objectivo é garantir o acesso universal à energia eléctrica para todos os moçambicanos até 2030. Nesse contexto, não medimos esforços para, progressivamente, levar energia eléctrica de qualidade a todos os cantos do nosso vasto território nacional, através de sistemas dentro e fora da rede", afirmou.

O Presidente da República exortou a população a ser vigilante contra a vandalização de infra-estruturas eléctricas e o roubo de energia e referiu a importância do uso produtivo da energia eléctrica que chega gradualmente aos postos administrativos do país. "É crucial que todos nós criemos condições para pagarmos os nossos consumos de energia. Só desta forma poderemos contribuir para a sustentabilidade do serviço de fornecimento de corrente eléctrica, utilizando-a apenas quando necessário e, sobretudo, para maximização de actividades lucrativas", afirmou.

O projecto de Mandie incluiu a construção de 20 quilómetros de linha de média tensão e 5 quilómetros de rede de baixa tensão. Foram instalados 125 candeeiros de iluminação pública e três postos de transformação, totalizando 300 kVA de potência, o que assegurou a ligação de 200 consumidores, dos 500 previstos na primeira fase. Esta linha abrange, no seu trajecto, a sede do posto administrativo de Mandie, em Manica, e o povoado de Inhagodua, na província de Tete.

A província de Manica possui 34 posto administrativos, dos quais vinte e seis estão electrificados e oito aguardam electrificação através da Rede Eléctrica Nacional e Sistemas Isolados.

Actualmente, estão em curso obras de electrificação nos postos administrativos de Mungari, no distrito de Guro, e Buzua, no distrito de Tambara.

O Presidente da República afirmou: "Acreditamos que, com o trabalho bem sucedido da Electricidade de Moçambique, que, através da coordenação do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, relativa às soluções dentro e fora da Rede Eléctrica Nacional, rapidamente alcançaremos a meta de electrificação dos remanescentes oito posto administrativos de Manica, rumo ao acesso universal à energia até 2030".

Canal de Moçambique

Em Boane e Massinga

"Millennium bim" inova com novo conceito de balcão

O "Millennium bim" reafirma o seu compromisso com a inovação ao lançar um novo conceito de balcão no distrito de Boane, na província de Maputo, e no distrito de Massinga, na província de Inhambane. Estas novas infra-estruturas redefinem o modelo de atendimento bancário, combinando um serviço centrado no cliente com soluções multidisciplinares, tecnológicas e contemporâneas. Este novo conceito reflecte o empenho do "Millennium bim" no desenvolvimento do sector bancário e na resposta à crescente procura de soluções digitais. As inovações na área da banca electrónica garantem conveniência e acessibilidade aos serviços bancários, proporcionando aos clientes total autonomia.

Entre as diversas inovações, destacam-se os sistemas automáticos de gestão de filas, que aumentam a eficiência e a especialização no atendimento, garantindo transparência e organização. Estes sistemas permitem aos clientes calcular o tempo de espera e o número de pessoas à sua frente, eliminando a necessidade de permanecerem nas filas. Além disso, a implementação do preçário digital facilita a consulta actualizada dos preços dos serviços bancários, promovendo a autonomia e uma gestão eficiente do tempo e contribui para a sustentabilidade ambiental através da redução do consumo de papel.

A área de "Self-Banking", integrada no espaço do balcão, oferece comodidade e segurança aos clientes, permitindo-lhes realizar transacções de forma autónoma, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana. Este espaço é vigiado por câmaras de segurança, assegurando que os clientes possam realizar as suas operações bancárias com conforto e protecção contra condições climatéricas adversas. Com estas inovações, o "Millennium bim" reforça a sua posição no mercado, demonstrando um forte compromisso com a satisfação e conveniência dos seus clientes, e promove o desenvolvimento contínuo do sector bancário em Moçambique.

Canal de Moçambique

Presidente do Conselho de Administração do INSS contacta com contribuintes e beneficiários em Tete

O presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Segurança Social, Kabir Ibrahimo, deslocou-se à província de Tete para avaliar o grau de execução do plano de actividades previstas para o presente ano. Este plano inclui o Plano Económico e Social de 2024) referente à Delegação Provincial de Tete.

Durante a sua visita, Kabir Ibrahimo realizou encontros com diferentes agentes do mercado local, destacando-se os parceiros sociais. Após se inteirar das actividades realizadas pela Delegação do INSS em Tete, o presidente do Conselho de Administração do INSS visitou a Hidroeléctrica de Cahora Bassa, no Songo, que é empresa que se dedica à produção e distribuição de energia eléctrica, e a "ICVL Moçambique", na cidade de Tete, que é uma empresa que se dedica à extracção de carvão mineral. Kabir Ibrahimo saudou o contributo dessas grandes empresas para a estabilidade e sustentabilidade do Sistema de Segurança Social e disse que a vida financeira da instituição é boa, fruto do trabalho conjunto realizado com os parceiros sociais, numa gestão tripartida.

Em Tete, Kabir Ibrahimo também dialogou com parceiros sociais, incluindo empregadores, representados pelo Conselho Empresarial Provincial de Tete, e sindicatos, através da Organização dos Trabalhadores de Moçambique Central Sindical (OTM-CS) e da Confederação dos Sindicatos Independentes e Livres de Moçambique (CONSILMO).

No distrito de Cahora-Bassa, o presidente do Conselho de Administração do INSS visitou as obras de construção do futuro posto de atendimento do INSS na vila do Songo e realizou uma visita à Delegação Distrital do INSS de Moatize.

Na cidade de Tete, Kabir Ibrahimo visitou pensionistas por sobrevivência e por invalidez e ofereceu-lhes cabazes de primeira necessidade. Na ocasião, disse que o INSS continuará a prestar atenção especial aos pensionistas, assegurando o pagamento regular das suas pensões e o fornecimento de outros tipos de apoio, conforme a situação de cada um.

Canal de Moçambique

Canal de Empresas e Marcas

MISA treina advogados em litigação sobre as Liberdades de Imprensa e de Expressão

O MISA Moçambique capacitou, na semana passada, em Maputo, 20 advogados em estratégias de litigação e advocacia sobre as Liberdades de Imprensa e de Expressão. Os capacitados são todos membros da Rede de Advogados do MISA Moçambique, responsáveis em lidar com as violações das Liberdades de Imprensa, em todo o país.Desde 2019 que o MISA tem trabalhado em estreita colaboração com uma rede de advogados, distribuídos em cada uma das províncias de Moçambique, para lidar com casos de violações das liberdades de imprensa. De 11 advogados no início, a rede passou, em 2022, para 20, com a inclusão e capacitação de mais nove advogadas. São estes advogados que, na semana passada, foram treinados em litigação/advocacia para a defesa de casos sobre violações das Liberdades de Imprensa, de Expressão e do Direito à Informação. A capacitação de dois dias, 30 e 31 de Maio, marcou o início da implementação de um projecto em parceria com o Internacional Media Support (IMS), com o financiamento da União Europeia (EU), e visa contribuir para a criação de meios de comunicação social independentes, resilientes e pluralistas, comprometidos em transmitir informações confiáveis ao público.Alerta Falando na abertura do evento de dois dias, o presidente do MISA Moçambique, Jeremias Langa, aproveitou o momento para alertar sobre as múltiplas ameaças contra as Liberdades de Imprensa e de Expressão, em Moçambique. "Relatórios nacionais e internacionais têm demonstrado uma regressão constante nessas áreas, com um aumento significativo de violações registadas em 2023", disse. O presidente citou o relatório do MISA sobre o estado das Liberdades de Imprensa, de Expressão e do Direito à Informação em 2023, indicando que o país passou de 11 casos em 2022 para 28 casos em 2023."Esses números reflectem não apenas um aumento quantitativo, mas também uma intensificação das tensões, especialmente associadas às eleições autárquicas ocorridas no ano passado" acrescentou o presidente do MISA. Jeremias Langa ressaltou que as autoridades moçambicanas têm sido apontadas como responsáveis por muitas dessas violações, com ataques contra jornalistas, ameaças, intimidações, danificação de material e até mesmo assassinatos de profissionais da comunicação social. Além disso, prosseguiu, têm-se verificado constantes processos judiciários injustos contra jornalistas. De acordo com o presidente do MISA, esse contexto é agravado pela digitalização e multiplicação de influenciadores negativos, tanto nacionais quanto internacionais, que impõem novas pressões sobre o papel dos jornalistas, incluindo ameaças online, discursos de ódio e falta de dados.Neste contexto desafiador, destacou o presidente do MISA, o workshop da semana passada tinha um papel fundamental não apenas na capacitação dos advogados, mas também na reafirmação do compromisso com a defesa das liberdades fundamentais.Reafirmação de compromisso Por seu turno, o representante da União Europeia no evento, Abel Piquera, enfatizou o compromisso da UE em fortalecer a capacidade da sociedade civil, dos meios de comunicação e dos jornalistas para fornecer informações fiáveis ao público. Enfatizou, ainda, que as Liberdades de Imprensa e Expressão são pilares essenciais para a construção de sociedades democráticas justas e respeitadoras dos Direitos Humanos."A litigação estratégica é uma ferramenta importante para unir esforços, fazer advocacia conjunta e contestar práticas políticas que impedem o pleno exercício destas liberdades. O workshop representa, portanto, não apenas uma oportunidade de aprendizado, mas também um momento de reafirmação do compromisso de combate às violações das Liberdades de Imprensa, de Expressão e do Direito à Informação, em Moçambique" afirmou.Por seu turno, Ilda Tembe, membro da rede de advogados do MISA Moçambique, baseada na província de Tete, incentivou a toda a classe jornalística a ter coragem de denunciar qualquer forma de violação, seja física, psicológica ou mesmo danos ao material de trabalho utilizado no exercício de suas funções. Para a advogada, a denúncia de tais violações não apenas protege os próprios jornalistas, como também é essencial para promover a transparência, a responsabilização e, por essa via, a Liberdade de Imprensa, em Moçambique

Canal de Moçambique

"Hollard Moçambique" expande benefícios para trabalhadores de pequenas e médias empresas

A "Hollard Moçambique" anunciou uma expansão da sua oferta de benefícios aos trabalhadores de pequenas e médias empresas no país. Num esforço para inovar e diversificar o seu portfólio de seguros, a empresa introduziu novos produtos que oferecem cobertura ampla a preços mais acessíveis.

O destaque desta expansão é o esquema de cobertura "três em um", que proporciona aos trabalhadores benefícios por morte, invalidez e funeral, além da já existente cobertura obrigatória de acidentes de trabalho. Este novo pacote de seguros visa aumentar a segurança e tranquilidade dos empregados de pequenas e médias empresas, que frequentemente encontram dificuldades em obter seguros adequados, devido ao custo elevado.

A iniciativa da "Hollard Moçambique" é uma resposta estratégica às necessidades das pequenas e médias empresas, que são vitais para a economia do país. Ao oferecer seguros mais acessíveis e completos, a "Hollard Moçambique" espera apoiar as empresas de menor porte, assegurando que os seus trabalhadores tenham acesso a uma protecção sólida e ampla.

"Estamos comprometidos em fornecer soluções que atendam às necessidades específicas das pequenas e médias empresas em Moçambique," disse um porta-voz da "Hollard Moçambique". "O nosso novo esquema de cobertura visa não só proteger os trabalhadores, mas também oferecer uma tranquilidade adicional aos empregadores, sabendo que os seus funcionários estão bem amparados."

Com esta oferta, a "Hollard Moçambique" reforça a sua posição como líder no sector de seguros no país, demonstrando um compromisso contínuo com a inovação e a satisfação das necessidades dos seus clientes.

Canal de Moçambique